

Economia em Debate

nº 277

(25/06/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Reoneração da folha passa a valer para 39 setores

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

O Congresso manteve o veto presidencial ao projeto de reoneração da folha de pagamento das empresas, o que na prática confirma a retirada do benefício tributário de 39 setores da economia. Os parlamentares até fizeram pressão para que o número de segmentos atingidos fosse menor, mas, em semana esvaziada por festas juninas e pelo jogo do Brasil na Copa do Mundo, não houve votos suficientes para derrubar o veto.

A manutenção do veto é uma vitória para a área econômica diante do lobby crescente de empresários e parlamentares para reverter os cortes em benefícios fiscais que o governo precisou fazer para bancar o bolsa caminhoneiro, que concedeu subsídios ao preço do diesel para pôr fim à greve no setor. A reoneração foi uma das iniciativas negociadas para servir de compensação.

Nas estimativas do governo, a reversão da desoneração da folha vai economizar R\$ 830 milhões neste ano. O valor é reduzido porque a medida só começa a vigorar 90 dias após a sanção da lei.

Os parlamentares costuraram um texto que mantinha o benefício para metade dos 58 setores atingidos até 2020. Mas o presidente Michel Temer vetou 11 desses segmentos. Com a manutenção do veto, agora são 17 atividades que continuarão desoneradas pelos próximos dois anos e meio. Depois, o benefício acaba para todo mundo.

Na regra atual, os segmentos desonerados contribuem sobre o valor da receita bruta e pagam uma alíquota de 2% a 4%, o que se torna vantajoso para empresas com número maior de empregados. Quem perder o benefício voltará a contribuir com 20% sobre a folha de pagamento.

A equipe econômica já havia tentado aprovar a reoneração da folha, mas sem sucesso. No primeiro semestre de 2017, uma medida provisória foi encaminhada ao Congresso, mas acabou perdendo a validade antes que fosse votada pelos parlamentares. Um projeto de lei foi enviado ao Legislativo, mas só foi aprovado após muita negociação e em meio à pressão sobre o governo e sobre os parlamentares para encontrar formas de bancar o subsídio ao diesel.

O líder do PCdoB na Câmara, Orlando Silva (SP), que havia relatado o projeto, chegou a apresentar um pedido para que o veto da reoneração fosse votado em separado na sessão do Congresso. Mas o presidente do Congresso, senador Eunício Oliveira (MDB-CE), indeferiu a solicitação. O PCdoB prometeu recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para reverter o resultado.

Com a manutenção do veto, voltarão a ser reonerados setores como os de empresas estratégicas de Defesa, empresas de transporte aéreo de carga e de

passageiros regular, empresas de serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga e de passageiros regular, entre outras.

TCU. O Congresso também manteve os vetos à lei que alterou as regras para punição de agentes públicos por tribunais de contas. A manutenção era um pedido dos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), que reagiram fortemente à versão original do projeto aprovada pelos parlamentares.

Embora trate de segurança jurídica e eficiência na administração pública, o projeto foi taxado pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo TCU como nocivo para a punição de agentes públicos infratores e a fiscalização de obras públicas. Os órgãos pediram o veto integral ao projeto de lei.

CMN diminui meta de inflação para 3,75% em 2021 **O Estado de S. Paulo - 27/06/2018**

A meta de inflação foi novamente reduzida e cairá para 3,75% em 2021. A decisão foi tomada ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e consolida a estratégia de diminuir gradualmente a referência perseguida pelo Banco Central. Atualmente, a meta está em 4,5% e cairá 0,25 ponto porcentual anualmente até 2021. O intervalo de tolerância para a inflação anual seguirá em 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos em todo o período.

O sistema de metas de inflação prevê que o índice de preços (medido pelo IPCA) deve ficar dentro de um limite de tolerância. É uma garantia de que o BC não deixará a inflação fugir do controle.

A decisão de ontem foi explicada pela equipe econômica pela recente queda das expectativas de inflação que voltaram a orbitar bem próximas da meta. O governo explica essa melhora das previsões dos economistas pela política econômica adotada na atual gestão, com a execução de algumas reformas estruturais, e pela ação do BC.

Para a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, o anúncio “é fruto da maturidade do sistema de metas”, adotado em 1999. “Elas estão convergindo gradualmente para dar sustentação a esse processo”, disse, ao lembrar que emergentes com sistema de metas consolidado têm referência perto de 3%. Haveria, portanto, espaço para reduções futuras.

A nova meta de 2021 indica uma realidade não vista com frequência no Brasil. Com exceção de 2017 – quando o País viveu uma das mais graves recessões da história recente e alta dos preços de 2,95% –, a última vez em que o IPCA ficou dentro do novo intervalo anunciado para 2021 foi há nove anos, em 2009, quando a inflação ficou em 4,31%.

BC não sinaliza sobre tendência de taxa de juros

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

Após manter a Selic (a taxa básica de juros) em 6,5% ao ano, o Banco Central procurou não se comprometer com os próximos passos de sua política monetária. Na ata da reunião da semana passada, publicada ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC limitou-se a dizer que, daqui para frente, suas decisões sobre juros dependerão da atividade, dos riscos e das projeções de inflação.

“Em termos de sinalização futura, todos (os membros do Copom) concordaram que o maior nível de incerteza da atual conjuntura recomenda se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos da política monetária”, disse o BC na ata. Na prática, a instituição não passou nenhuma indicação firme sobre se a Selic vai subir, cair ou se manter em 6,5%.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, o BC está correto em não fixar nenhuma decisão, em meio à turbulência atual e à necessidade de monitorar possíveis efeitos secundários da greve dos caminhoneiros e da alta do dólar sobre a inflação. “Não faz mais sentido dizer que a Selic vai ficar estável por um bom tempo.”

Ainda assim, Vale espera pela manutenção da taxa básica no atual nível até o fim de 2018. “A fraqueza da economia é mais relevante agora e não há sinais de contaminação de choque na inflação de forma permanente. Por isso não há justificativa para uma alta de juros neste momento.”

O Banco Central reconheceu que o ritmo de recuperação da economia brasileira deve ser mais lento que o previsto antes da greve. Os membros do Copom disseram que o chamado cenário básico – aquele considerado mais provável pelo colegiado – “contempla continuidade do processo de recuperação da economia, embora em ritmo mais gradual que o estimado antes da referida paralisação”.

Ainda sobre a paralisação que atrapalhou a atividade econômica em todo o Brasil, os diretores do BC dizem que os dados referentes ao mês de abril “sugerem atividade mais consistente que nos meses anteriores”. A greve dos caminhoneiros, porém, “dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica”.

Já os efeitos da greve sobre a inflação devem ser temporários. “No curto prazo, a inflação deverá refletir os efeitos altistas significativos da paralisação no setor de transporte de cargas e de outros ajustes de preços relativos”, diz o BC.

Por outro lado, ao avaliar o cenário externo, o BC reconheceu que o processo de alta de juros nos EUA gera risco crescente para os mercados emergentes, o que pode elevar a volatilidade.

Mudanças necessárias no FI-FGTS

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

Criado em 2007 com o objetivo de oferecer aos trabalhadores rendimento superior ao do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o fundo de investimento FI-FGTS realizou operações temerárias e teve prejuízo de 3,03% em 2015, segundo reportagem do Estado. Em demonstrações financeiras publicadas, relativas a 2016, dos quase R\$ 24 bilhões aplicados, R\$ 4,8 bilhões estavam “em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, relacionadas a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro”, segundo relatório da KPMG Auditores Independentes.

Hoje, o FI-FGTS tem um patrimônio líquido de R\$ 31,8 bilhões, dos quais 15% aportados em empresas investigadas pela Justiça, inclusive na Operação Lava Jato. Desde que começaram as investigações da Lava Jato, o fundo deixou de fazer aplicações.

Deve ser vista como relevante, portanto, a informação de que a Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do FI-FGTS, está mudando o modelo de administração do fundo, como mostrou a reportagem. No novo modelo, só papéis registrados na bolsa B3 e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) poderão ser objeto de aplicações do FI-FGTS.

Além disso, no máximo 25% da emissão poderá ser subscrita pelo fundo. E deixará de existir a figura do intermediário, que apresentava os projetos ao fundo para estudo e aprovação.

A reformulação deverá entrar em vigor até o final de 2018 e será criado um portal – o Radar FI-FGTS – para tornar possível o acompanhamento das operações pelo público. Os investimentos serão marcados a mercado e divulgadas as oscilações diárias.

A história do FI-FGTS mostra a necessidade de transparência sobre as operações como remédio para evitar fraude com recursos dos trabalhadores. O modelo acabou favorecendo “atos de corrupção” e “ninguém garante que as mesmas práticas não continuem no futuro”, afirmou um especialista em infraestrutura, o economista Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B.

O FI-FGTS vinha sendo exemplo típico do “capitalismo de compadres”, que favorecia grupos empresariais que pagavam propinas a intermediários, entre eles notórias figuras do mundo político. Espera-se que as mudanças possam dar fim a essas práticas danosas aos trabalhadores.

Paralisação de caminhões faz indústria ter maior queda

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

A greve dos caminhoneiros, que parou o País por 11 dias em maio, fez a produção industrial cair 13,4% na comparação com abril, o pior desempenho da história, segundo projeção do Ipea. Os setores mais afetados foram os de automóveis e alimentos. Se a projeção for confirmada pelo IBGE no próximo dia 4, o parque fabril terá amargado o pior desempenho na série histórica, iniciada em 2002.

A greve dos caminhoneiros que parou o País por 11 dias em maio fez a indústria brasileira registrar o pior desempenho de sua história. A produção industrial despencou 13,4% no mês passado na comparação com abril, o que representa um impacto maior que o da crise financeira global, de 2008, quando a queda, em um único mês, foi de 11,2%.

A estimativa referente a maio é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e será divulgada hoje. Os dados foram obtidos com exclusividade pelo Estadão/Broadcast. Se a projeção for confirmada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 4 de julho, o parque fabril terá amargado o pior desempenho dentro da série histórica iniciada em 2002, já desconsideradas as influências sazonais. Os segmentos mais afetados foram os de automóveis e alimentos.

“É uma estimativa ainda bastante conservadora, porque a retomada e o escoamento da produção demoraram um tempo depois do fim da greve”, diz Julia Nicolau, consultora de Desenvolvimento Econômico da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). “Houve caso de um fabricante de massa que interrompeu a produção porque não recebeu farinha. Um produtor de leite teve de jogar fora litros do produto porque venceu a data da validade.” Um levantamento da federação nos dias mais críticos da greve aponta que seis em cada dez indústrias fluminenses pararam ou reduziram as atividades durante a paralisação.

Os cálculos do Ipea mostram que a greve derrubou a atividade econômica como um todo em maio, interrompendo o processo de retomada. O instituto estima que, além da indústria, as vendas do comércio varejista tenham recuado 1,4% na passagem de abril para maio, sob influência da crise de desabastecimento causada pela paralisação. A expectativa é que as perdas generalizadas prejudiquem os dados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no segundo trimestre, embora alguns setores tenham apresentado desempenho bastante positivo em abril. “A dúvida é até que ponto o mês de junho vai conseguir recuperar o que foi perdido em maio”, diz Leonardo Mello de Carvalho, técnico do Ipea responsável pelo estudo.

Segundo ele, o aumento das incertezas no cenário externo e interno também devem prejudicar o desempenho dos investimentos no ano. “Se a expectativa ficou um pouco mais nebulosa, mais incerta, a intenção de investimento fica menor”, justificou o técnico do Ipea.

Na Alumbra, fabricante de materiais elétricos como interruptores e tomadas, instalada em São Bernardo do Campo (SP), a greve dos caminhoneiros jogou para baixo a projeção de vendas no ano. Em maio, a produção ficou 15% abaixo do planejado inicialmente, segundo o diretor de tecnologia da empresa, Cláudio Barberini Jr. A fábrica reduziu o ritmo de produção porque teve dificuldade de escoar seus produtos. “Eu tinha matéria-prima, tinha produto, mas não tive como escoar”, afirmou. A empresa usou a frota própria de seis caminhões para fazer entregas nas proximidades. Os clientes mais distantes ficaram sem o produto.

TCU pede revisão no Decreto dos Portos

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

O Tribunal de Contas da União (TCU) impôs ontem uma série de restrições à aplicação do Decreto dos Portos, assinado pelo presidente Michel Temer em maio de 2017 e que é alvo de investigação no Supremo Tribunal Federal. O TCU vai encaminhar à Procuradoria-Geral da República cópia da decisão para que seja analisada a constitucionalidade do decreto. A avaliação do tribunal é de que o texto favorece empresas do setor.

O tribunal determinou que o Ministério dos Transportes não permita renovações por até 70 anos nos casos de contratos assinados antes do decreto. Além disso, decidiu que contratos firmados entre 1993 e 2017 só poderão ser renovados uma única vez – previsão legal na época da sua assinatura.

O posicionamento do tribunal atinge contratos assinados entre 1993 e 2017, a maioria dos 114 pedidos de adaptação de contratos apresentados ao Ministério dos Transportes após a edição do decreto. Entre as empresas que pediram readequação com base no decreto estão a Libra e a Rodrimar, que têm representantes investigados no Supremo no inquérito dos portos junto com o presidente Michel Temer. O inquérito apura se Temer beneficiou empresas do setor portuário em troca de vantagens indevidas.

A previsão de renovação de contratos num prazo de até 70 anos foi introduzida pelo decreto, que permitia contratos de 35 anos renováveis sucessivas vezes até chegar a sete décadas. Mas não há previsão legal para esse prazo, segundo o TCU. Embora ministros tenham apontado que esse prazo é incompatível com os princípios da administração pública e que a prorrogação até 70 anos seria inconstitucional, eles limitaram o efeito retroativo para contratos assinados entre 1993 e 2017, quando foi assinado o decreto.

Quanto aos contratos posteriores a maio de 2017, apenas o STF pode analisar se o decreto é constitucional. Por isso, o TCU decidiu encaminhar uma cópia da decisão à Procuradoria, para que ela avalie se é o caso ou não de propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Em um segundo ponto analisado pelo TCU, os ministros decidiram que vão monitorar, um a um, os

pedidos das empresas de troca de área dentro dos portos – possibilidade aberta pelo decreto.

“O único ponto de inconstitucionalidade é o da prorrogação por até 70 anos na ausência de uma previsão da lei. A lei é omissa quanto ao prazo máximo. A questão é saber se é compatível com os princípios da administração pública a renovação para casos futuros. Para casos passados, já está dito que não pode”, disse o ministro Bruno Dantas. O ministro Benjamin Zymler afirmou que a previsão de 70 anos é inconstitucional.

O Grupo Libra disse que o decreto beneficiou o setor inteiro, e não uma empresa especificamente. A Rodrimar afirmou que não foi beneficiada pelo decreto e nunca atuou para receber privilégio do poder público. A Associação Brasileira dos Terminais Portuários informou que vai analisar os impactos do acórdão do TCU, mas “o decreto continua sendo instrumento para atração de investimentos e precisa ser implementado”.

O Ministério dos Transportes reiterou que “todas as proposições foram embasadas em critérios técnicos a partir do diálogo produtivo e transparente com as entidades do setor privado, com acompanhamento da Advocacia-Geral da União e da controladoria interna” da pasta. Afirmou que aguarda notificação do tribunal para adotar “medidas decorrentes”.

Pedágios terão reajuste de 2,85% no domingo O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

Os valores cobrados nos pedágios de 19 concessionárias de rodovias paulistas serão reajustados no domingo, 1.º de julho. De acordo com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), o aumento, de 2,85% se refere ao IPCA acumulado entre junho de 2017 e maio de 2018. Os contratos têm reajuste anual.

De acordo com a Artesp, como ocorrem “arredondamentos”, em algumas praças o reajuste não será repassado à tarifa paga pelos usuários. Isso acontecerá, por exemplo, nos Trechos Leste e Oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) e nas praças de Diadema e Eldorado da Rodovia dos Imigrantes (SP 160).

Os reajustes dos valores cobrados nos pedágios são realizados em 1.º de julho para 19 concessionárias paulistas. Nas duas concessões mais recentes, Entrevias e ViaPaulista, iniciadas em 2017, o reajuste é aplicado nas datas de aniversário dos contratos.

Férias. Para os paulistanos que pretendem viajar para o litoral no início de julho, os valores vão subir R\$ 0,60 no domingo nas duas principais praças do Sistema Anchieta-Imigrantes, Riacho Grande (km 31 da via Anchieta) e Piratininga (km 32 da Imigrantes), onde a tarifa passará a custar R\$ 26,20.

Na Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, a tarifa passa de R\$ 7,00 para R\$ 7,20, e na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, de R\$ 12 para R\$ 12,20. No pedágio de bloqueio Batistini (km 24 da Imigrantes), a tarifa vai de R\$ 5,80 para R\$ 6,00.

Segundo a Artesp, de janeiro a maio de 2017 houve registro de 1.197.415 evasões (fugas) nas rodovias paulistas. Em 2018, também de janeiro a maio, houve 627.897, o que representa uma queda de 47%. A multa por evadir o pedágio é de R\$ 195,23.

Justiça libera venda direta de etanol no Nordeste

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

O juiz Edvaldo Batista da Silva Júnior, da 10.^a Vara Federal de Pernambuco, concedeu ontem liminar para que usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe comercializem etanol hidratado diretamente aos postos de combustíveis, sem a necessidade da intermediação de distribuidoras. A decisão impede também que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pela fiscalização do setor, aplique sanções aos postos e às usinas que adotarem a prática.

O Senado já aprovou projeto que permite a venda direta. O texto ainda precisa do aval dos deputados. No entanto, a permissão divide o próprio setor produtivo. Enquanto produtores nordestinos apoiam a proposta, representantes do Centro-Sul, inclusive a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), são contrários à medida, por conta da dificuldade de fiscalização. A entidade cita também que as distribuidoras terão papel fundamental na viabilização da nova política nacional de biocombustíveis (RenovaBio), com a compra dos Créditos de Descarbonização (CBIOS).

Os CBIOS são considerados fonte de recursos para financiar a ampliação na produção de etanol. Os títulos serão emitidos pelos produtores de biocombustíveis e adquiridos pelas distribuidoras para serem utilizados na compensação e redução das emissões feitas pelos combustíveis fósseis também comercializados pelas companhias. Os recursos gerados pelos CBIOS devem ser reinvestidos pelas usinas para aumentar a produção do etanol.

A permissão também preocupa o governo, que teme que o desmonte da distribuição seja acompanhado pela sonegação de impostos e pela adulteração do biocombustível.

A ANP informou, por meio da assessoria, que “ainda não foi formalmente intimada da decisão”. A decisão foi concedida no processo impetrado pelos sindicatos representantes do setor sucroalcooleiro dos três estados nordestinos e pela Cooperativa do Agronegócio dos Associados da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Coaf) contra a União e a ANP.

Na decisão, o juiz cita a lei 9.478/97, conhecida como “Lei do Petróleo”, para cobrar a necessidade de promover a livre concorrência no setor em detrimento

de resoluções da ANP que obrigam a venda via distribuidoras. “Como haverá então livre concorrência se o preço acaba sendo ditado pelas distribuidoras, pelas quais o etanol tem necessariamente de passar por mais distantes que sejam dos postos revendedores? Não há como ignorar o verdadeiro cartel formado pelas mais poderosas distribuidoras”, relata o magistrado no despacho. Em seguida, Silva Júnior indaga qual mal a venda direta de etanol poderia causar ao setor de combustíveis e à fiscalização sob o encargo dos agentes da ANP.

Benefício. O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar) e vice-presidente do Fórum Nacional do Setor Sucroenergético, Renato Cunha, afirmou que a decisão beneficiará 30 usinas dos três Estados. No entanto, a liminar deve ter pequeno efeito no curto prazo, já que os estoques das companhias são pequenos por conta da entressafra da cana no Nordeste.

“A decisão permite uma forma alternativa de venda, sem alijar as distribuidoras, e facilita o planejamento para a próxima safra, a partir de julho e agosto”, afirmou. Cunha explicou que, por cautela, as companhias devem aguardar entre 48 horas e 72 horas para iniciarem a venda aos postos, até que a ANP seja notificada da decisão.

Economistas convergem sobre reformas

Valor Econômico - 27/06/2018

As propostas econômicas dos principais pré-candidatos à Presidência convergem em pontos como a necessidade de reformas nas áreas previdenciária e tributária. Diferenças estão no detalhamento das propostas. Entre as questões mais polêmicas estão a aplicabilidade de um sistema de capitalização na previdência pública e a "desconstitucionalização" de temas relacionados à gestão pública. Há divergência explícita, porém, em relação à reforma trabalhista.

Os temas foram aprofundados no debate "Rumos da Economia - Perspectiva Brasileira", promovido pelo Valor ontem em São Paulo, com patrocínio do Banco Votorantim e apoio da Microsoft. Participaram os assessores econômicos dos principais pré-candidatos. Participaram os economistas Marco Bonomo, que trabalha com Marina Silva (Rede), Mauro Benevides, que auxilia Ciro Gomes (PDT), Persio Arida, economista de Geraldo Alckmin (PSDB), e Fernando Haddad, que prepara programa de governo do PT. O assessor do pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL), o economista Paulo Guedes, foi convidado, mas preferiu não participar.

O próximo presidente precisará fazer um ajuste fiscal por meio de uma combinação da manutenção do teto de gastos, crescimento econômico e corte de despesas, defendeu Arida. Para viabilizar, ele propõe uma emenda de "desconstitucionalização" de temas relacionados à gestão econômica do país

"É uma medida ousada, nova", explicou, ao lembrar que a Constituição de 30 anos tem 99 emendas, "a grande maioria sobre taxas e tributos". A economia, disse, reage o tempo todo e a política tem que ser capaz de responder no momento. "A política econômica precisa ter flexibilidade", afirmou. "Todo gasto, tributo, teto de gasto, regra de ouro, tudo o que é pertinente à gestão da política econômica tem que ir para o nível infraconstitucional."

Arida defendeu também reforma tributária com a adoção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Na área previdenciária, aumento da idade mínima, aumento de contribuição e manutenção do sistema de repartição.

Para o economista Mauro Benevides Filho, que assessora Ciro, o regime de repartição simples está fadado ao fracasso. Ele ressalta que hoje, com a redução da taxa de natalidade, há menos jovens para contribuir com o sistema, ao mesmo tempo que a longevidade aumenta. "É importante um regime de capitalização de contas individuais. Temos modelo pronto, com simulador, que divulgaremos em 15 de julho e falaremos quanto é o déficit explícito e o déficit implícito, e como iremos proporcionar essa transição", prometeu.

Benevides citou cálculo do economista Fabio Giambiagi, pelo qual o déficit explícito seria de 0,19% do PIB, cerca de R\$ 12 bilhões. "Vamos mostrar ao Brasil que isso é capaz de ser alcançado."

Cético em relação a implementação imediata de um regime de capitalização, Arida declarou que quer ver os números citados por Benevides. Para o assessor de Alckmin, o sistema de capitalização é "uma ideia bonita", mas com consequência imediata de aumentar o déficit público. "Se eu estivesse dando aula, falaria a favor da capitalização. Mas não estou dando aula e o Brasil é uma economia viva, não teórica. Infelizmente não temos condições de implementar a capitalização da forma que seria ideal."

O déficit fiscal impede que o país migre de um sistema de repartição da Previdência para o de capitalização, disse Arida. Ele lembrou que o Chile fez transição, mas quando tinha 6% de superávit fiscal do PIB. "Usaram isso para pagar os custos da transição. O nosso déficit recorrente é de 3% (do PIB). Não vejo como fazer", completou.

Benevides também defendeu uma reforma tributária com retorno da tributação sobre distribuição de dividendos, ideia consensual entre os quatro debatedores. Bonomo, ligado a Marina, disse que faz sentido reduzir a tributação sobre o lucro das empresas, preservando a parte direcionada aos investimentos, em troca da cobrança de imposto nos dividendos.

Um ponto divergente dentro da proposta de reforma tributária é o corte proposto por Benevides nas atuais desonerações. "Se eleito, Ciro vai propor no primeiro dia redução imediata de 15% em todas as desonerações", disse Benevides. "Em seguida, vamos analisar cada uma delas para saber se há impacto macroeconômico. Em desonerações de mais de R\$ 300 bilhões,

teremos redução de mais de R\$ 45 bilhões. Vamos também fazer o fim da 'pejotização'", ressaltou.

Benevides defendeu ainda uma contribuição sobre grandes movimentações a ser cobrada enquanto a relação dívida/PIB não cair a um patamar pré-estabelecido.

Bonomo tem visão diferente. Ele defendeu que o importante é estabilizar a relação dívida/PIB e "ter um plano crível para isso": "Se fizermos imposto temporário, o superávit será temporário. Não acho que é um bom processo. Se houver plano crível de longo prazo, não precisaremos de remendos temporários. A CPMF é um imposto distorcivo e não é bom tributo".

O economista ligado a Marina foi questionado por Haddad sobre a posição da pré-candidata em relação ao teto de gastos. Isso porque, em entrevista recente ao Valor, outros dois economistas ligados a Marina (André Lara Resende e Eduardo Giannetti) disseram que a norma é inexecutável. Bonomo respondeu que "pode ser que mantenha".

O economista explicou que Marina sempre foi a favor de controlar gastos e que já propôs no passado medidas de controle de despesas. Ele defendeu que o importante é que a candidata tem uma visão da necessidade de que é preciso controlar o orçamento público.

Arida defendeu a manutenção do teto de gastos nos moldes atuais, embora reconheça que poderá fazer uma revisão após dois anos. Benevides disse ser favorável a um limite para despesas, mas tiraria investimentos da conta. "Todo mundo acha que a emenda 95 está controlando os gastos, mas as principais despesas, que são com pessoal e Previdência, não estão diminuindo. O que está acontecendo é um profundo corte no investimento do setor público."

Na de Arida, o futuro presidente deve se preocupar em atrair investimentos privados, com a introdução de marcos regulatórios e a oferta de um ambiente com segurança jurídica. "Pragmaticamente, [a emenda do teto] é um instrumento que ajuda", disse ele ao destacar que a crise fiscal é um desafio de grandes proporções.

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad ressaltou a importância de garantir transparência ao gasto primário. Ele criticou a necessidade de congelar as despesas por 20 anos, como determina a emenda do teto dos gastos, que considera "irrealista". Haddad disse que não existe a dicotomia direita reformista versus esquerda antirreformista. Todos os governos recentes, explicou ele, tentaram promover reformas estruturantes, mas esbarraram no Congresso.

"Todos são a favor do IVA. O desafio é como fazer", ponderou. Por isso Haddad defendeu a necessidade de reconstruir um "ambiente civilizado de discussão". Neste sentido, propôs um pacto entre os principais pré-candidatos ao Planalto que, ainda que haja divergências entre governo e oposição, seja

garantido ao próximo presidente condições institucionais de normalidade democrática.

Haddad criticou a gestão do presidente Michel Temer e disse que o atual governo está tomando medidas estruturais sem o crivo do voto e sem consulta à população. "São medidas que envolvem riquezas nacionais importantes, um planejamento econômico que deu errado, que não resgatou a confiança dos investidores e da população."

"Todos nós poderíamos, enquanto representantes de candidatos importantes, fazer uma aceno para o atual governo para parar de tomar medidas que comprometem o futuro do país", disse Haddad. "Devíamos dar um freio de arrumação. Com Alckmin, Lula, Marina e Ciro, enviar ao Planalto Central um pedido para que pare de leiloar as riquezas nacionais e deixem a eleição transcorrer com naturalidade."

O ponto de maior divergência entre os debatedores foi em relação à reforma trabalhista. Enquanto Arida defendeu a mudança promovida pelo Congresso com apoio de Temer, Benevides e Bonomo avaliaram que há necessidade de ajustes. Haddad posicionou-se contra a reforma.

Arida reclamou do comportamento do Judiciário ("não está respeitando a reforma trabalhista em vários aspectos") e defendeu que as mudanças avancem em nível constitucional.

Benevides apontou para a necessidade ajustes, como no caso de contribuições adicionais de intermitentes e legalização de trabalho insalubre para grávidas. Bonomo disse que a reforma tem pontos negativos, mas também positivos. Elogiou o fim do imposto sindical.

Haddad divergiu. A reforma provocou "violações importantes", denunciou. Ele criticou a forma como foi estabelecido o fim do imposto sindical, "goela abaixo", sem negociação com as entidades. Criticou ainda a cobrança de custos processuais de trabalhadores que não conseguem provar sua causa. É uma norma que prejudica principalmente os mais pobres, disse.

CMN decide baixar meta de inflação de 2021 para 3,75% **Valor Econômico - 27/06/2018**

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou a meta de inflação de 2021 em 3,75%. A decisão tomada na noite de ontem dá continuidade ao processo de convergência da meta de inflação brasileira a padrões internacionais de metas ao redor de 3%.

Há 19 anos o Brasil adota o regime de metas para inflação, na qual o CMN define uma meta que deve ser perseguida pelo Banco Central (BC). Há um intervalo de tolerância, que está mantido em 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, para absorver eventuais choques de preços. Se o BC não cumpre a meta, seu presidente tem de escrever uma carta ao ministro da Fazenda

explicando os motivos que levaram ao descumprimento e as ações que serão tomadas para garantir a convergência.

Segundo a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, a decisão de fazer uma convergência gradual nas metas traz previsibilidade para os agentes e contribui para que o país possa conviver com níveis de inflação mais baixos. Para este ano a meta é de 4,5%, caindo a 4,25% em 2019 e recuando a 4% em 2020. O processo de convergência começou no ano passado após a meta ficar em 4,5% desde 2005.

Ainda de acordo com a secretária-executiva, as metas podem seguir convergindo para patamares ao redor de 3%, que são vistos em outros países que possuem sistema de metas consolidados e estágio de desenvolvimento parecido com o brasileiro.

Em nota, o Ministério da Fazenda, que compõe o CMN junto com o Banco Central e o Ministério do Planejamento, afirma que a percepção de que a economia brasileira pode conviver com taxas de inflação mais baixas de forma sustentável se manifesta nas expectativas dos analistas de mercado, coletadas pela pesquisa Focus, cuja mediana se situa em torno das metas estabelecidas para 2019 e 2020. Para 2021 e 2022, o Focus também mostra mediana em 4%.

Ana Paula também afirmou que a redução das metas é reflexo da mudança da política econômica, que com maior coordenação entre as políticas fiscal e monetária, tem conseguindo conduzir o país para convivência com taxas de juro menores. Ela também reforçou a importância da continuidade do processo de reformas e ajustes para assegurar o benefício de inflação de juros menores para a sociedade.

Questionada sobre o risco de o governo não conseguir atingir a meta, Ana Paula afirmou que o Brasil dispõe de uma autoridade monetária que convive com autonomia operacional e possui instrumentos capazes de atender aos anseios da sociedade de conviver com níveis de inflação mais baixos.

Já o diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Carlos Viana de Carvalho, disse que há um falso dilema de que é necessário ter mais inflação para se obter maior crescimento econômico. E que isso já está bem claro tanto do ponto de vista de estudos como da experiência brasileira recente, quando a economia estava em recessão com elevado patamar de preços.

Segundo Viana, no curto prazo, há alguma relação entre nível de atividade e inflação, embora a relação entre as duas variáveis não seja tão direta assim. No caso brasileiro, disse, não é possível entender a evolução da inflação sem levar em conta o redirecionamento da política econômica nos últimos anos. "Para prazos mais longos não há relação entre atividade e inflação. É um falso dilema", afirmou.

Questionada sobre o intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ela disse que o intervalo é importante para absorver eventuais choques de preços. "Não necessariamente há relação direta de inflação menor com nível de tolerância menor. A percepção do CMN é de que o intervalo de tolerância é suficiente para absorver choques", afirmou.

Segundo Viana, ao se comparar o regime de metas brasileiro com o de outros países não se pode olhar apenas a amplitude da banda sem levar em conta outras questões, como a própria volatilidade da inflação e a forma de apuração, se em anocalendarário, como aqui, ou de outras formas. "Nossa avaliação é que com o sistema de ano-calendário e as características estruturais é importante ter essa margem para lidar com os choques que acontecem no próprio ano", disse.

Ainda de acordo com Ana Paula, a atuação da política monetária nos dois últimos anos foi emblemática em demonstrar que é possível conviver com uma trajetória sinalizada de ajuste fiscal gradual com processo de desinflação, "fruto da coordenação da política econômica e da atuação firme do Banco Central na política monetária na coordenação das expectativas".

Ela respondia a questionamento sobre como garantir metas de inflação menores diante dos desafios fiscais que o Brasil enfrenta. A secretária disse, ainda, que o BC, via seus instrumentos e via comunicação, foi bem-sucedido no processo de desinflação da economia brasileira, administrando choques de preços positivos e negativos.

Relator do PLDO quer explicações sobre 'buraco' de R\$ 260 bi para 'regra de ouro'

Valor Econômico - 27/06/2018

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), pediu esclarecimentos ao governo sobre a metodologia adotada para se chegar ao "buraco" de R\$ 260 bilhões previsto para o cumprimento da chamada "regra de ouro" em 2019. "Como relator da LDO, preciso ter convicção sobre essa quantia", disse Beber ao Valor.

Ele informou que terá uma nova reunião amanhã com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério do Planejamento para discutir o assunto. "Já nos reunimos na segunda-feira passada e teremos novo encontro nesta quinta-feira sobre isso", disse. "Não há desconfiança, mas dúvidas sobre a metodologia adotada", explicou.

Nas contas do Tesouro, a insuficiência de recursos para cumprir a "regra de ouro" é de R\$ 260 bilhões. Já a Instituição Fiscal Independente (IFI), o órgão do Senado que analisa e acompanha as contas públicas brasileiras, estimou que o "buraco" no próximo ano será de R\$ 98,8 bilhões.

A Constituição determina que as operações de créditos não podem superar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). "A diferença entre os valores deve decorrer de metodologias diferentes. Essa questão será esclarecida", afirmou o relator. Beber disse que a reunião de amanhã contará também com a presença de um representante da IFI.

O artigo 21 do PLDO permite que o governo inclua na proposta orçamentária para 2019 um montante de despesas cuja execução estará condicionada a emissões de títulos públicos, que somente serão solicitadas pelo governo ao Congresso no próximo ano. O montante das despesas condicionadas a uma dívida futura é que representa o "buraco" da regra de ouro.

O relator disse que "a flexibilização da 'regra de ouro' para 2019 já é certa". Mas defende que o assunto seja discutido com total transparência para que não restem dúvidas aos parlamentares sobre o que estarão votando.

Ele disse que precisa "o mais rápido possível" dos esclarecimentos sobre essa questão porque pretende preparar o seu parecer sobre o PLDO até a noite do próximo domingo. "O nosso cronograma prevê que o meu parecer seja votado pelo Congresso já no dia 5 de julho", informou. A primeira votação do PLDO será feita na Comissão Mista de Orçamento.

Geração de caixa da indústria dobraria com menos tributos, diz Fiesp

Valor Econômico - 27/06/2018

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou um trabalho apontando que a geração de caixa do setor industrial dobraria se o Brasil tivesse condições tributárias e de financiamento semelhantes às encontradas na média dos países com os quais tem 76% do comércio e que representam 70% do PIB mundial.

Considerando uma geração de caixa de 100, no período de 2013 a 2016 os encargos financeiros consumiriam 57,6 e a aplicação do Imposto de Renda sobre a diferença retiraria outros 14,4, levando ao resultado líquido de 28. A Fiesp simulou o quadro da indústria brasileira, caso ela tivesse as condições de seus competidores. Nessa situação, os mesmos 100 de geração de caixa seriam reduzidos em 12,4 de encargos financeiros e sobre a diferença seriam aplicados 29% de IR, levando a resultado líquido de 62,6.

"Ao longo dos anos, a indústria fez grande transferência de valor agregado para o setor financeiro e para cobrir as ineficiências do governo", aponta o material. "Os elevados custos financeiros e a carga tributária tiram a capacidade de as empresas investirem, especialmente em inovação", disse ao Valor o presidente em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

O trabalho, que compila análises como a situação do spread bancário e faz sugestões de medidas emergenciais que deveriam ser adotadas pelo atual governo, foi encaminhado ao presidente Michel Temer, ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e aos presidentes dos bancos públicos. O documento também deve ser apresentado aos candidatos à Presidência.

A Fiesp também fez uma análise da renda disponível das famílias brasileiras, em base 100, mostrando que, ao se comparar com as condições vigentes nesses mesmos países, ela é 12% menor. Enquanto o brasileiro, a partir de uma renda de 100 fica com 59,7 após o pagamento de tributos e encargos financeiros, as famílias de países como os quais o Brasil tem a maior parte de seu comércio ficam com 68,2.

Roriz defende que o governo, tanto este como o próximo, trabalhe para avançar numa reforma tributária que realmente dê mais competitividade para as empresas e também estimule o consumo. Além disso, avalia que é preciso que o Planalto trabalhe para concluir a votação do cadastro positivo no Congresso e também para aumentar a concorrência no setor bancário. Ele contesta a visão do BC de que a alta concentração no sistema financeiro não teria relação com o elevado custo do dinheiro no Brasil. "O governo tem que atuar nisto", disse.

O estudo da Fiesp também reforçou a mensagem da entidade, já revelada pelo Valor em abril, mostrando que, se o spread bancário (a diferença entre custo de captação e de repasse do crédito) estivesse na média vigente entre 2012 e 2014, as famílias teriam renda disponível adicional de R\$ 141,6 bilhões. O documento lembra que volume é mais de três vezes superior ao total injetado na economia pela liberação das contas inativas do FGTS no ano passado, elemento decisivo para o crescimento econômico de 1% do Brasil no ano passado.

Para Roriz Coelho, se fosse comparado com as taxas praticadas pelos bancos internacionais, esse montante liberado na economia seria ainda maior, embora a entidade não tenha feito a conta.

Nas contas da Fiesp, se tivesse ficado na média praticada entre 2012 e 2014, o spread médio das operações de financiamento às famílias em 2017, ajustado pela inadimplência, seria de 31,1 pontos percentuais ao ano, em vez dos 54,6 pontos percentuais anuais verificados na média. Dessa forma, a taxa de comprometimento da renda com juros cairia de 10,1% para 6,7%, liberando os recursos na economia, em vez de ficarem com o setor financeiro.

A Fiesp contesta a visão apresentada pelos bancos e corroborada pelo BC de que o spread bancário elevado no Brasil teria maior relação com os níveis de inadimplência. Segundo a entidade, a inadimplência média no Brasil é 52% menor que a média de 114 países, que respondem por quase 90% do PIB mundial. "Logo, a inadimplência não é justificativa para o spread elevado", diz a Fiesp.

Retomada e mais fiscalização puxam arrecadação até maio

Valor Econômico - 27/06/2018

Impulsionada pelo esforço de fiscalização, que neste ano gerou quase R\$ 6 bilhões a mais aos cofres públicos, e pela melhoria da atividade econômica, a arrecadação de impostos e contribuições federais nos cinco primeiros meses de 2018 somou R\$ 603,4 bilhões de janeiro a maio. O volume que entrou nos cofres federais foi 7,8% superior ao verificado em igual período do ano passado.

Segundo o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, as ações de fiscalização em grandes contribuintes, em especial nos que aderiram ao novo Refis (programa de parcelamento de dívidas tributárias), geraram neste ano R\$ 46,2 bilhões aos cofres federais, ante R\$ 40,4 bilhões em igual período do ano passado. Essa diferença de quase R\$ 6 bilhões, ou 14,5%, adicionou mais de um ponto percentual à taxa de crescimento das receitas acima da inflação no período.

"Essas ações são específicas em alguns grandes contribuintes e nos que aderiram ao Refis. Elas que estão fazendo a arrecadação subir bem acima do PIB", explicou Malaquias.

O bom desempenho de receitas com royalties e outras arrecadações próprias não administradas pela Receita Federal também acentuaram a trajetória de aumento dos recursos que ingressam no caixa federal. As chamadas "demais receitas" somaram, de janeiro a maio, R\$ 22,223 bilhões, com expansão de 35,1% acima da inflação ante igual período do ano passado.

Em maio, como havia antecipado o Valor há cerca de duas semanas, o desempenho da arrecadação federal também foi intenso, com alta real de 5,7%. Entraram no caixa do governo R\$ 106,192 bilhões. Apesar do crescimento de 5,2% acima da inflação na parcela administrada pela Receita Federal, a rubrica "demais" foi quem teve a alta mais expressiva: 36,9% acima da inflação, na comparação com maior do ano passado, refletindo o quadro mais favorável dos royalties.

A arrecadação do mês passado foi a maior desde 2015, já considerando-se a correção pela inflação. No acumulado do ano, a arrecadação real é a maior desde 2014. Malaquias destacou ainda que a arrecadação de tributos nos últimos 12 meses tem tido "resultados positivos e crescentes", com sete meses seguidos em aceleração e chegando a 2,89% de alta real.

Segundo o técnico do Fisco, a alta real verificada em maio foi "fortemente influenciada" pelo desempenho econômico e pela atuação da Receita Federal. Como exemplo do impacto da atividade, ele citou a alta no imposto de importação, que é vinculado ao consumo. Outro sinal disso, segundo ele, é o desempenho do recolhimento de Imposto de Renda por estimativa mensal das

empresas não financeiras, que em maio subiu 34% acima da inflação e, no ano, 28,5%.

A Receita Federal simulou o desempenho da arrecadação sem o impacto das receitas não recorrentes, como o Refis. Em maio, seria de R\$ 100,021 bilhões, com alta real de 4,3%. No ano, a mesma simulação apontaria alta real de 4,1%.

Os números da arrecadação de maio não têm reflexo da greve dos caminhoneiros, que provocou desabastecimento e paralisação de atividades produtivas. Malaquias evitou antecipar o que ocorrerá nos dados referentes a junho, alegando que o mês ainda não acabou e que boa parte das receitas entra nos últimos dez dias de cada mês.

Mas o técnico disse que até o dado mais recente, os números mostravam que os ingressos de recursos nos cofres do governo ainda estavam alinhados ao que havia sido projetado para o mês.

Malaquias argumentou que a paralisação dos caminhoneiros teve dois efeitos opostos do ponto de vista arrecadatório. De um lado, houve antecipação de consumo pelas pessoas, temendo a falta de produtos em suas casas, o que em tese favorece a arrecadação.

Do lado negativo, houve paralisação na produção das empresas, afetando tributos que incidem sobre essas atividades, como a indústria manufatureira. Para ele, o saldo entre essas duas forças só será possível saber após o fim do mês.

Modificações no sistema adotado há 19 anos só começaram a ser feitas em 2015

Valor Econômico - 27/06/2018

O regime de metas de inflação adotado no Brasil há 19 anos sofreu mudanças relevantes só de 2015 para cá. No primeiro ano do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff - e também o último em que ela estaria no comando do Planalto, pois sofreria impeachment em 2016 -, promover uma mudança discreta na meta de inflação acabou sendo a saída possível para o governo, ante um mercado que alimentava expectativas de mudança na meta fiscal.

Reduzir a meta de inflação poderia condenar a economia a retração ainda maior do que 3,5%, uma vez que cumprir meta inferior a 4,5% exigiria aperto monetário maior. Ao passo que reduzir a margem de tolerância da meta de inflação, de 2 pontos percentuais para 1,5 ponto exigiria menos sacrifício do setor produtivo. Em 2015, a pressão inflacionária estava dada, a partir da decisão do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de optar pelo "realismo tarifário" - política pautada pela atualização de preços administrados que sofreram expressivo atraso no primeiro governo de Dilma.

Em dezembro de 2014, o IPCA acumulado em 12 meses era de 6,41%. No fim do primeiro trimestre estava em 8,13% e, em junho, encostava em 9%. A inflação encerrou 2015 a 10,67%. Também em 2015, o desequilíbrio fiscal ganhou proporções alarmantes.

Contudo, Levy batia de frente com o Congresso, onde não prosperavam as negociações para viabilizar a votação de projetos que poderiam melhorar as contas públicas. Sucessivos ajustes na proposta orçamentária também conspiraram para que se criasse ambiente de franca instabilidade. E, em pouco tempo, a instabilidade transformou-se em boatos sem fim sobre uma nova meta fiscal.

Foi em meio à deterioração de expectativas e aumento de incertezas políticas que o Conselho Monetário Nacional (CMN) se reuniu no fim de junho de 2015. Muito se esperava desse encontro, que teve um desfecho bem mais modesto do que o esperado - a alteração mais inofensiva do regime de metas, que foi o corte da banda de flutuação. Na mesma reunião, o CMN decidiu manter inalterada a meta de 4,5% para dois anos à frente, 2017.

Em junho de 2017, outra mudança relevante. No que chamou de "aperfeiçoamento", o CMN ampliou de dois para dois anos e meio o horizonte de fixação da meta. Segundo o BC, a mudança permitiria maior separação entre a definição da meta para a inflação e a condução da política monetária.

A meta de inflação de 2018 já havia sido definida anteriormente e permaneceria em 4,5%. Para 2019, a meta recuou a 4,25% e, para 2020, para 4%. Brotou aí a expectativa de que, na reunião de ontem, a meta de 2021 poderia recuar para 3,75%.

A meta de 4,5% com margem de tolerância de 1,5 ponto para mais e para menos, significa meta de inflação de 3% a 6%; a meta de 4,25%, que estará em vigor em 2019, será equivalente à variação mínima de 2,75% e máxima de 5,75%. A meta de 2020, de 4%, terá elasticidade correspondente a uma inflação mínima de 2,5% e máxima de 5,5%.

Ao definir a meta que estará valendo anos à frente, o CMN indiretamente estabelece também o quanto o BC poderá ser mais ou menos rigoroso na condução da política monetária para que seu mandato seja cumprido. Isto é, que a inflação acompanhe a meta. A depender do nível a ser perseguido pela autoridade monetária, o juro real será maior ou menor para uma mesma taxa básica de juro. E o balanceamento do juro real conta, especialmente em um país que está tentando manter sua economia em expansão.

Supondo que a inflação empate com a meta em 2019, e que a pesquisa Focus aponte hoje a Selic que estará valendo no ano que vem, 8%, o juro real, descontados 4,25% de IPCA, será de 3,6%. Para a mesma Selic nominal de 8%, que pode hipoteticamente ser praticada em 2020, o juro real avança a 3,9%. Em 2021, já seria superior a 4%. Se a Selic de 2019 permanecesse em

6,5% em termos nominais, o juro real, descontada a inflação de 4,25%, idêntica à meta definida para aquele ano, seria de 2,15%.

Esse exercício simples sugere que a escolha da meta implica sinalizar a taxa de juro que o governo gostaria de perseguir ao longo do tempo. Quanto mais baixa a meta, menor deverá ser a Selic nominal. Caso contrário, a atividade pode estar exposta a juros reais contraproducentes.

Mudança poderá ser teste importante de credibilidade para política monetária

Valor Econômico - 27/06/2018

A meta de inflação de 2021, definida ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,75%, está num horizonte longe o suficiente para que não ter nenhuma influência nas decisões mais imediatas sobre juros tomadas pelo Banco Central, mesmo com todos os riscos de choques oriundos da alta da cotação do dólar. Mas poderá ser um teste importante da credibilidade da política monetária.

Hoje, o Banco Central manipula a taxa básica de juros tendo como alvo principal cumprir a meta de inflação de 2019. Mas, como as defasagens de decisões de política monetária sobre a inflação chegam a até dois anos, em tese há um efeito residual dos juros atuais até o começo de 2020.

No ano passado, um decreto do presidente Michel Temer alongou o prazo de fixação das metas pelo CMN, que passou a ser feita com três anos de antecedência. Isso faz com que a escolha das metas saiam totalmente do radar da execução mais imediata da política de juros.

A adoção de uma meta de inflação mais baixa para 2021, entretanto, deverá representar um teste importante para a credibilidade da política monetária. Hoje, os analistas do mercado projetam uma inflação de 4% para 2021. Se as estimativas de inflação do mercado financeiro caírem para 3,75% nas próximas semanas, mesmo em meio a um forte choque que atinge a economia e as incertezas fiscais, será um sinal de que o BC mantém forte poder para coordenar as expectativas do setor privado.

Em um horizonte tão longo de tempo, a projeção de inflação não tem nenhuma ligação com o ciclo econômico e, em tese, é determinada apenas pela credibilidade da política monetária. A credibilidade da política monetária, por sua vez, depende não apenas da reputação do Banco Central, mas também da capacidade de o governo manter as contas fiscais em ordem.

Quando as contas públicas não estão em ordem, é mais difícil coordenar as expectativas fiscais, porque o mercado financeiro, em geral, receia uma situação de dominância fiscal. Nessas condições, o ajuste das contas públicas é feito por meio da inflação, e a política fiscal domina as ações da política monetária.

Em 2017, quando o CMN fixou a meta de inflação de 2020, foi uma questão de dias para as expectativas, então em 4,25%, recuarem para 4%. Naquele período, porém, o mercado financeiro ainda tinha grandes esperanças de que fosse aprovada a reforma da Previdência, o principal item da pauta de ajuste fiscal, apesar do revés que tinha acabado de ocorrer com a delação premiada dos irmãos Batista, da JBS.

Hoje, as incertezas sobre a continuidade do ajuste fiscal são maiores no mercado financeiro, às vésperas de uma eleição presidencial com resultados imprevisíveis. Até agora, porém, o Banco Central tem sido bem-sucedido em ancorar as expectativas de inflação para prazos mais longos, a despeito da combinação de um choque na taxa de câmbio e das incertezas fiscais.

O mercado segue esperando que, em 2020, a inflação fique em 4%, exatamente na meta. Em grande parte, isso tem sido possível graças ao capital de credibilidade conquistado pelo Banco Central na administração Ilan Goldfajn, que no fim de 2016 manteve os juros básicos da economia na faixa de 14% ao ano até obter maior controle das expectativas. De lá para cá, os juros caíram para 6,5% ao ano.

O ano de 2021, porém, é distante o suficiente para ficar fora até mesmo do raio de ação da equipe atual do Banco Central. A capacidade de ancorar as expectativas está ligada mais à credibilidade fiscal e de que, no futuro governo, o BC tenha autonomia de fato para manipular os juros.

Alguns economistas, como o ex-diretor de Política Econômica do BC Sergio Werlang, vinham defendendo que o CMN definisse uma meta de pelo menos 4% para servir como uma espécie de lubrificante para ajustar as contas públicas. A evolução das expectativas vai dizer se, na visão do mercado, o Brasil poderá conviver com taxas de inflação mais civilizadas.

Em meio à piora do cenário, decisão foi vista como ousada

Valor Econômico - 27/06/2018

A decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de reduzir a meta de inflação para 3,75% foi inesperada para uma parte dos economistas. No dia 20, levantamento feito pelo Valor junto a 42 economistas mostrava que a maioria deles, 27, acreditava na manutenção em 4%, taxa estipulada para 2020. Dez previam redução, cinco não responderam. Embora muitos vissem como positiva uma redução da meta conceitualmente, nos últimos dias começou a ganhar mais espaço a visão de que a deterioração do cenário não permitiria esse movimento.

José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre-FGV e ex-diretor do Banco Central, que esperava 4%, avalia que diante do difícil quadro

fiscal do país, e das incertezas a respeito da política econômica a ser conduzida pelo próximo governo, o CMN foi "ousado".

Embora o estabelecimento da meta deva desconsiderar questões conjunturais, o momento atual é de turbulência ímpar. "Em 2017, o CMN tomou a decisão de ir além do que estava previsto e estabeleceu a meta até 2020, de maneira que a decisão não fosse influenciada pela conjuntura. Mas estamos vivendo um momento excepcional, prestes a eleger um governante por quatro anos, sem candidatos comprometidos com reformas. O BC reconhece [na ata do Copom] o aumento do risco de frustração de reformas, necessárias para ter um ambiente compatível com metas mais baixas".

Para Senna, uma meta mais baixa coloca um custo para o próximo governo. Se forem aumentá-la, explicações terão que ser dadas à sociedade, afirma. "É impossível a médio e longo prazos obter inflação baixa sem reforma fiscal. É uma jogada arriscada, por mais que seja bom perseguir uma meta mais baixa. Teria sido mais prudente mantê-la em 4%", diz.

O ex-diretor do BC diz que embora seja importante separar o estabelecimento da meta de inflação de questões conjunturais, é preciso um mínimo de condições macroeconômicas favoráveis para ter taxas de inflação mais baixas. "E o fiscal é um ingrediente indispensável para isso". Segundo Senna, é saudável buscar uma meta de 3%, em linha com a de outros emergentes, mas nada nos obriga a caminhar para essa taxa de maneira linear. "A redução poderia ser retomada no ano que vem, na medida em que os próximos governantes demonstrem apreço por políticas econômicas compatíveis com inflação mais baixa", diz.

Para o economista-chefe do Banco Votorantim, Roberto Padovani, a redução não era a decisão mais esperada. "O que me estranha é que foi definida a meta para 2021, mais baixa, em um momento de impasse político, mesmo sem saber como será a política econômica do próximo governo", diz o especialista. Padovani destaca que a redução de meta de inflação, sob uma política econômica mais firme, ajuda a ancorar expectativas futuras. Só que, diante das incertezas à frente, existe a percepção de risco de que o alvo não será cumprido desta vez. "Sou otimista sobre reformas no próximo governo, mas há um risco de que a meta não seja alcançada."

Para José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, a decisão do CMN ficou dentro das expectativas de corte estrutural do alvo, conforme se vê no restante do mundo. "Era algo plenamente esperado, a meu ver, porque a atual diretoria segue ao pé da letra a regra, que é ir caminhando para uma inflação que seja convergente com os demais países", disse.

Em termos de efeitos sobre os mercados de câmbio e juros, em especial, Gonçalves vê pouco ou nenhuma influência da mudança, porque trata-se somente de cenário-base necessário para traçar a atuação da política monetária. Neste caso, as estimativas para a inflação tampouco se movem também, segundo ele.

"É uma meta para 2021, não para amanhã", afirma. "Eu acredito que quem ficar nervoso no mercado [com a decisão] vai acabar perdendo [dinheiro], porque, além de ser esperado, o mais prudente como regime de metas é indicar um caminho coerente com outros países, inclusive emergentes."

O economista Aloísio Araújo, professor da EPGE-FGV, criticou o corte. "Meus modelos demonstram que, em países com fragilidade fiscal, não se deve baixar a meta de inflação. Será necessário aumentar os juros, o câmbio sobe. Isso numa economia já fragilizada, em ambiente de desemprego. É uma decisão incompatível com a situação fiscal. O Brasil não é como outros países em crescimento. No Chile, por exemplo, o BC tem domínio sobre a situação fiscal", disse Araújo.

BC detalha como pretende reagir à alta do dólar

Valor Econômico - 27/06/2018

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada ontem, não é conservadora nem moderada, não indica manutenção nem alta de juros. Ela basicamente dá um roteiro de como o colegiado pretende reagir dependendo da evolução do ambiente econômico nos próximos meses.

O cenário central do colegiado continua a ser de que a inflação, que em maio estava abaixo de 3% no acumulado em 12 meses, vai convergir para o centro da meta, definida em 4,25% para 2019, ano que é hoje o alvo principal da política monetária. Isso não quer dizer, porém, que o cenário não mudou depois de dois importantes choques que atingiram a economia, a alta do dólar e a paralisação dos caminhoneiros.

A avaliação do Copom é que esses eventos representam um ajuste de preços relativos que causam uma pressão temporária na inflação e que contribuem para uma aceleração da convergência dos índices de preços para a meta de inflação.

Se fosse apenas pelo cenário central, haveria boas garantias de que os juros básicos da economia seguiriam no terreno estimulativo, nos atuais 6,5% ao ano, por um bom tempo. Com a meta da taxa Selic nesse percentual e o câmbio em R\$ 3,70, o Banco Central projeta uma inflação de 4,1% para 2019. Se os juros subirem para 8% ao ano em 2019 e o câmbio recuar para R\$ 3,63 ao fim deste ano e R\$ 3,60 no próximo ano, a inflação cai a 3,7% em 2019, um tanto abaixo do centro da meta do ano, de 4,25%.

Os números sugerem, portanto, que há alguma chance de os juros de 6,5% ao ano avançarem ao longo de 2019. O Copom informa na ata, porém, que está menos seguro de que a inflação vai mesmo seguir a trajetória no seu cenário central, dado o alto nível de incerteza na economia. Essa incerteza, por sua vez, tem duas dimensões principais.

Uma das dimensões da incerteza é uma possível materialização de eventos que estão descritos no balanço de riscos. Destacam-se, no lado negativo, o ambiente internacional menos favorável - com a alta mais forte dos juros americanos - e as incertezas sobre a continuidade das reformas em um ano eleitoral.

A outra dimensão da incerteza é sobre como a alta já ocorrida do dólar e a greve dos caminhoneiros vão se transmitir para a atividade e a inflação. Os membros do colegiado, informa a ata, "concordaram que, no curto prazo, deverá ser mais difícil verificar se a evolução da economia segue em linha com seu cenário básico para o médio e longo prazos".

São essas incertezas que levaram o Copom a retirar a indicação, feita na sua reunião de maio, de que manteria os juros estacionados em 6,5% ao ano pelo menos até o encontro marcado para os dias 31 de julho e 1º de agosto. "Todos concordaram que o maior nível de incerteza da atual conjuntura recomenda se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos da política monetária", afirma o colegiado.

Seria um erro, porém, concluir que o Copom simplesmente lavou as mãos e deixou o mercado financeiro às escuras sobre os seus próximos passos de política monetária. O colegiado deixou claro as hipóteses que sustentam o seu cenário básico e as condições que poderia fazê-lo agir com alta dos juros.

A hipótese do cenário básico é a de que o choque de oferta crie uma pressão apenas temporária na inflação. Ou seja, que a inflação suba e volte a cair, sem alterar a tendência de o índice de preços convergir para o centro da meta e nela permanecer.

O BC calculou o impacto do dólar na inflação com base no coeficiente passado de repasse, mas também levando em conta que ele tende a ser menor em uma economia que opera com alta ociosidade e com expectativas de inflação ancoradas.

Na ata, o Copom também detalhou quando pretende reagir com alta de juros: se os efeitos do câmbio começarem a se espalhar por outros preços na economia.

O Banco Central informou, ainda, quais indicadores deverá olhar com mais atenção, ao longo do tempo, para verificar que a inflação segue o roteiro esperado. Basicamente, a ancoragem das expectativas de inflação e o comportamento dos núcleos de inflação. As chances de os juros subirem ou ficarem estacionados em 6,5% ao ano vão depender, fundamentalmente, da evolução desses fatores.

BC detalha como pretende reagir à alta do dólar

Valor Econômico - 27/06/2018

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada ontem, não é conservadora nem moderada, não indica manutenção nem alta de juros. Ela basicamente dá um roteiro de como o colegiado pretende reagir dependendo da evolução do ambiente econômico nos próximos meses.

O cenário central do colegiado continua a ser de que a inflação, que em maio estava abaixo de 3% no acumulado em 12 meses, vai convergir para o centro da meta, definida em 4,25% para 2019, ano que é hoje o alvo principal da política monetária. Isso não quer dizer, porém, que o cenário não mudou depois de dois importantes choques que atingiram a economia, a alta do dólar e a paralisação dos caminhoneiros.

A avaliação do Copom é que esses eventos representam um ajuste de preços relativos que causam uma pressão temporária na inflação e que contribuem para uma aceleração da convergência dos índices de preços para a meta de inflação.

Se fosse apenas pelo cenário central, haveria boas garantias de que os juros básicos da economia seguiriam no terreno estimulativo, nos atuais 6,5% ao ano, por um bom tempo. Com a meta da taxa Selic nesse percentual e o câmbio em R\$ 3,70, o Banco Central projeta uma inflação de 4,1% para 2019. Se os juros subirem para 8% ao ano em 2019 e o câmbio recuar para R\$ 3,63 ao fim deste ano e R\$ 3,60 no próximo ano, a inflação cai a 3,7% em 2019, um tanto abaixo do centro da meta do ano, de 4,25%.

Os números sugerem, portanto, que há alguma chance de os juros de 6,5% ao ano avançarem ao longo de 2019. O Copom informa na ata, porém, que está menos seguro de que a inflação vai mesmo seguir a trajetória no seu cenário central, dado o alto nível de incerteza na economia. Essa incerteza, por sua vez, tem duas dimensões principais.

Uma das dimensões da incerteza é uma possível materialização de eventos que estão descritos no balanço de riscos. Destacam-se, no lado negativo, o ambiente internacional menos favorável - com a alta mais forte dos juros americanos - e as incertezas sobre a continuidade das reformas em um ano eleitoral.

A outra dimensão da incerteza é sobre como a alta já ocorrida do dólar e a greve dos caminhoneiros vão se transmitir para a atividade e a inflação. Os membros do colegiado, informa a ata, "concordaram que, no curto prazo, deverá ser mais difícil verificar se a evolução da economia segue em linha com seu cenário básico para o médio e longo prazos".

São essas incertezas que levaram o Copom a retirar a indicação, feita na sua reunião de maio, de que manteria os juros estacionados em 6,5% ao ano pelo menos até o encontro marcado para os dias 31 de julho e 1º de agosto. "Todos

concordaram que o maior nível de incerteza da atual conjuntura recomenda se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos da política monetária", afirma o colegiado.

Seria um erro, porém, concluir que o Copom simplesmente lavou as mãos e deixou o mercado financeiro às escuras sobre os seus próximos passos de política monetária. O colegiado deixou claro as hipóteses que sustentam o seu cenário básico e as condições que poderia fazê-lo agir com alta dos juros.

A hipótese do cenário básico é a de que o choque de oferta crie uma pressão apenas temporária na inflação. Ou seja, que a inflação suba e volte a cair, sem alterar a tendência de o índice de preços convergir para o centro da meta e nela permanecer.

O BC calculou o impacto do dólar na inflação com base no coeficiente passado de repasse, mas também levando em conta que ele tende a ser menor em uma economia que opera com alta ociosidade e com expectativas de inflação ancoradas.

Na ata, o Copom também detalhou quando pretende reagir com alta de juros: se os efeitos do câmbio começarem a se espalhar por outros preços na economia.

O Banco Central informou, ainda, quais indicadores deverá olhar com mais atenção, ao longo do tempo, para verificar que a inflação segue o roteiro esperado. Basicamente, a ancoragem das expectativas de inflação e o comportamento dos núcleos de inflação. As chances de os juros subirem ou ficarem estacionados em 6,5% ao ano vão depender, fundamentalmente, da evolução desses fatores.

Vale e Itaú pagam as maiores remunerações a executivos

O Globo - 27/06/2018

O presidente da Vale foi o que recebeu a maior remuneração anual entre os executivos de grandes empresas no ano passado: R\$ 58,5 milhões. O segundo colocado neste ranking foi o Itaú, com ganhos de R\$ 40,9 milhões. Os valores englobam não apenas salário, mas também pagamentos como bônus, ações e ganhos atrelados a metas de desempenho, entre outros. A lista leva em conta os dados divulgados pelas dez maiores empresas de capital aberto em valor de mercado no país. As informações constam dos formulários de referência entregues pelas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No documento da CVM não consta o nome do executivo que recebeu a maior remuneração. Mas, geralmente, ela é destinada ao presidente da companhia. No caso da Vale, o valor foi pago a Murilo Ferreira, que se desligou da

presidência da empresa no ano passado e, por isso, além do salário, recebeu R\$ 39 milhões de forma extraordinária pela rescisão do contrato.

Tirando esse fator extraordinário, o maior ganho anual foi no Itaú Unibanco, que é presidido desde 2017 por Candido Bracher. A maior remuneração paga pelo banco a um único integrante da diretoria executiva foi de R\$ 40,9 milhões, valor inferior ao registrado no ano anterior, quando ocorreu a saída de Roberto Setubal do comando da instituição. MAIS TRANSPARÊNCIA O maior salário de um executivo de companhia aberta no Brasil, no entanto, está muito distante daquilo que ganham os principais atletas. Segundo levantamento da revista “Forbes”, o mais bem pago é o boxeador americano Floyd Mayweather, que recebeu US\$ 285 milhões em 12 meses, o equivalente a R\$ 940 milhões, na cotação da moeda americana no fim do ano passado. O brasileiro mais bem colocado nessa lista é Neymar, que teve ganhos de US\$ 90 milhões (R\$ 297 milhões) em 2017. A cifra inclui salário, bônus e patrocínio.

Há nove anos a CVM exige que as companhias abertas divulguem não só o valor da remuneração paga a executivos e integrantes do Conselho de Administração, mas também o valor máximo e mínimo pago a cada um, sem necessidade de identificar os profissionais e a remuneração média. No entanto, uma liminar do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) impedia a publicação por parte de algumas empresas.

A CVM estabeleceu como prazo o dia 25 de junho para que todas as companhias abertas divulgassem os salários máximo, mínimo e médio de seus executivos. Isso ocorreu após a publicação do acórdão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, que derrubou no fim de maio a liminar que permitiu que algumas empresas, como Itaú e Bradesco, não divulgassem esse detalhamento.

Luiz Marcatti, sócio da Mesa Governance Corporate, especializada em governança corporativa, afirma que essas informações são importantes para dar maior transparência ao trabalho da administração:

— Vários países têm essas exigências, e as empresas sempre reclamam, mas prestar esse tipo de informação faz parte do amadurecimento do mercado de capitais. É importante o acionista saber a remuneração máxima, em especial nas empresas que são comandadas por seus controladores. NA BB SEGURIDADE, GANHO DE R\$ 1,3 MILHÃO No caso do Santander, o maior salário foi de R\$ 29,98 milhões, e a média, de R\$ 5,67 milhões, considerando as remunerações pagas aos 44 integrantes da diretoria executiva. A média do Bradesco ficou em R\$ 6,9 milhões, e a remuneração máxima foi de R\$ 15,9 milhões. Das grandes instituições financeiras, as menores remunerações ficaram com a BB Seguridade: o maior salário foi de 1,304 milhão. No Banco do Brasil, presidido por Paulo Cafarelli, a remuneração máxima foi de R\$ 1,76 milhão no ano passado.

Salários sobem 2,8% no país, e piso é de R\$ 1.156 **O Globo - 27/06/2018**

Os reajustes salariais negociados entre janeiro e maio foram, em média, de 2,8%, sem contar a inflação. Como o INPC, índice de preços que baliza as negociações, está em apenas 1,7% nos 12 meses até abril, a maior parte dos acordos e convenções foram fechados com ganho real: 84,6% deles ficaram acima desse patamar. O piso médio estabelecido ficou em R\$ 1.156. Os dados são da pesquisa Salariômetro, divulgada ontem pela Fipe.

Considerando só as negociações de maio — mês que tradicionalmente concentra a maior parte de acordos e convenções —, a proporção dos que tiveram aumento real foi de 79,8%. Os ganhos no mês foram de 2,5%. Descontada a inflação, a alta real foi de 0,8%.

Nos últimos 12 meses, os maiores reajustes foram concedidos no Acre, onde a mediana de reajustes ficou em 1,68%. No Rio, os aumentos ficaram, em média, em 1,27%. O estado com negociações menos generosas foi o Tocantins, com reajustes de 0,37%, também na mediana.

O levantamento é baseado em 4.109 acordos e convenções coletivas fechadas no período. O volume de negociações é 74% inferior ao registrado no mesmo período no ano passado, quando 15.650 foram assinados.

A pesquisa destaca que a criação de vagas formais de trabalho continua em ritmo lento. Em maio, segundo dados do Caged, houve criação de 33.659 postos de trabalho, contra 34.253 em maio de 2017. O resultado de maio é o mais baixo de 2018 e bem inferior ao de abril, quando a geração líquida de empregos foi de 115.898 vagas.

Copa do mundo anima varejo **O Globo - 27/06/2018**

Vendas de cerveja e churrasco crescem até 50% em dias de jogos do Brasil. Redes apostam em promoções

Na Copa do Mundo, os supermercados começaram o treino muito antes da seleção do Brasil entrar em campo. Entre os artilheiros do time do varejo estão carnes e cervejas, além de petiscos como a pipoca, que, à frente de um esquema tático — que inclui ações promocionais, descontos, lojas decoradas e reforço em equipes —, vem garantindo aumento de até 50% na vendas desses produtos a grandes redes do setor.

No Prezunic, por exemplo, as vendas de cerveja crescem 50% em dias de jogo do Brasil. Os itens de açougue — puxados pela turma do churrasco — têm crescimento de 20%, com destaque para a linguiça, que vende 50% mais, e para o carvão, com 40% mais. Avançam também petiscos como pão de queijo e pipoca para micro-ondas, com altas de 50% e 60%, respectivamente. As ofertas para a Copa oferecem descontos, por vezes, maiores do que 25%, diz

Paulo Drago, diretor-geral do Prezunic-Cencosud. — Toda véspera de jogo do Brasil, reforçamos o anúncio de ofertas de carnes e bebidas, com esse direcionamento para quem vai se reunir e celebrar junto. Para o jogo de hoje, é alta a expectativa por causa do horário da partida, que será à tarde. Então, todos esses itens estão com estoque reforçado — conta ele, lembrando que as vendas durante a Copa também são impulsionadas pelas ofertas do aniversário da rede e de São João. EXPECTATIVA COM PRÓXIMA FASE Em maio, o Prezunic fez da Copa do Mundo tema de sua campanha anual de aniversário, com o ex-técnico Joel Santana como garoto-propaganda. Sorteou três viagens para clientes irem à Rússia com acompanhante, apostou em grandes ofertas e elevou as vendas, como um todo, em 15%.

O consultor de varejo Marco Quintarelli afirma que as compras se concentram principalmente na véspera dos jogos do Brasil ou perto do fim de semana, quando os torcedores podem acompanhar os jogos de diversas seleções:

— O brasileiro ainda está um pouco desanimado com a seleção e a movimentação política. Os supermercados apostam nos resultados do Brasil na próxima fase para aquecer as vendas, na expectativa de que os torcedores se animem, façam mais compras e reuniões de amigos.

Em geral, a estratégia dos mercados, avalia ele, se resume em uma boa escalação em decoração e pontos de venda extras de bebidas e aperitivos em locais de destaque nas lojas, além de promoções em açougue e bebidas. Quintarelli lembra ainda que alguns estabelecimentos ofertam itens para animar a torcida, como vuvuzelas, blusas e faixas.

O salto em vendas, contudo, está concentrado nos itens consumidos por quem está acompanhando os jogos da Copa, pondera Pietrangelo Leta, vice-presidente comercial do Zona Sul:

— A Copa vem movimentando as categorias de bebidas, salgadinhos e carnes, com aumento médio de 10% nas vendas nas vésperas dos jogos do Brasil. Mas o humor da Copa ainda não está 100% contagiante. Acredito que (com o Brasil) na próxima fase, o otimismo e a confiança aumentam, o consumo vem como consequência. — conta ele. — No total, porém, as promoções (no varejo) continuam agressivas, as vendas estão fracas e ainda há deflação no preço dos alimentos como um todo, com exceção de itens como leite e farinha.

O SuperPrix, por exemplo, está atento aos torcedores que não desgrudam o olho da telinha mesmo quando o Brasil não está em campo. Criou uma tabela de cervejas temáticas, acompanhando a nacionalidade das seleções em campo, observa Patrícia Rotelli, gerente comercial da rede. Ela destaca também aumento em vendas de cerveja e de produtos para churrasco.

Já o Walmart espera aumento de 25% nas vendas de cervejas durante a Copa. A procura por pipoca deve crescer 15% por causa do Mundial e também das festas juninas. Além de decorar as unidades em verde-e-amarelo, a rede montou um cardápio de promoções, que começaram a ser negociadas com

fornecedores em fevereiro deste ano. No caso de cervejas, as conversas vêm desde dezembro do ano passado. **VENDA DE TVS TAMBÉM CRESCEU** No Extra, os jogos incrementam as vendas de algumas categorias, como bebidas e snacks, mas também de eletrônicos, impulsionados principalmente por TVs, cujas vendas estão ultrapassando as expectativas. A rede espera vender 50% mais televisores na comparação com a Copa de 2014, com grande aposta em produtos de tela grande e que possuem novas tecnologias, como a 4K. Para este último, a rede projeta que, do total de vendas de TVs previsto para 2018, 35% sejam deste tipo de aparelho.

Para atrair os consumidores, o Guanabara também aposta em promoções no setor de açougue e bebidas. De acordo com a gerente de Marketing da rede, Perla Sant'Ana, os dias das primeiras partidas do Mundial foram de grande movimento nas unidades:

— Muitos foram até as lojas para a (promoção da) Semana da Limpeza e aproveitaram para comprar produtos para a comemoração dos jogos.

No dia 22, quando o Brasil entrou em campo às 9h, houve uma mudança de comportamento:

— No primeiro jogo, que foi em um domingo, vendemos muitos itens para churrasco e feijoada. Já no segundo, percebemos incremento nos itens de padaria e laticínios, como frios e pães, mas a venda de petiscos também cresceu. As bebidas não variaram: cerveja e refrigerante continuaram liderando. Como colocamos sucos em oferta, a venda deste produto também cresceu.

Risco de juro maior **O Globo - 27/06/2018**

A greve dos caminhoneiros pode levar o Banco Central (BC) a mudar os planos de manter os juros básicos da economia em 6,5% ao ano. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, afirma que a paralisação de dez dias da categoria — que causou desabastecimento em maio — provocou alta de preços e diminuiu as chances de a inflação ficar muito abaixo da meta de 4,5% este ano. No ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que orienta o sistema de metas, fechou em 2,95%, abaixo do piso fixado. Os efeitos nos preços da greve foram bem maiores do que o mercado esperava. A prévia da inflação deste mês, o IPCA-15, ficou em 1,11%, praticamente o dobro do que esperavam os analistas, com alta disseminada de preços.

Mas os efeitos do movimento ainda estão sendo apurados, e o BC informou que não sabe quais os reflexos secundários da greve e da alta do dólar tanto nos preços como na atividade. Por isso, os diretores resolveram não indicar os próximos passos na condução dos juros, mudando a prática adotada desde que Ilan Goldfajn assumiu a presidência do BC. Assim, deixaram sobre a mesa a chance de uma alta da taxa básica, a Selic. “Em termos de sinalização futura,

todos (os membros do Copom) concordaram que o maior nível de incerteza da atual conjuntura recomenda de se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos de política monetária”, afirmou o BC na ata.

— A principal diferença nessa ata é a ausência dessas sinalizações que o BC vinha fazendo para as reuniões seguintes. Acabaram gerando mais ruído, e ele resolveu abandonar essa comunicação. A mudança de prática está associada à incerteza maior do cenário externo e ao cenário doméstico mais conturbado — afirma Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco.

O Itaú não acredita em alta de juros este ano, mas diz que o próximo movimento será para subir a Selic. O banco prevê crescimento de 1,7% da economia e inflação de 3,7%, esperando que a inflação baixe depois que o abastecimento for completamente normalizado. META DE INFLAÇÃO DE 3,75% EM 2021 O BC tem de assegurar que a inflação fique em 4,5% este ano e em 4,25% em 2019. Em 2020, a meta cai para 4%. Já a meta para 2021, conforme havia antecipado O GLOBO, foi definida ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3,75% ao ano, podendo oscilar entre 2,25% e 5,25%. O Conselho manteve o ritmo de queda de 0,25 ponto percentual anual na meta.

Perguntada se a decisão do CMN não seria ousada, tendo em vista que o BC vem citando em suas atas a importância das reformas para equilibrar as contas públicas e garantir inflação menor a longo prazo, a secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou que a política monetária tem sido eficiente para manter a inflação dentro da meta e que o patamar de 3% é aquele observado em países emergentes:

— A política monetária tem sido bem-sucedida no sentido de ancorar essa expectativa. Os dados do Focus (pesquisa realizada pelo BC junto ao mercado) estão ancorados (de acordo) com metas de longo prazo. É um fator importante de previsibilidade.

Há dificuldade de prever o comportamento da economia nos próximos meses, depois da greve dos caminhoneiros, com o cenário externo de aumento de juros em economias importantes, como os Estados Unidos, e da guerra comercial entre americanos e chineses, que deve reduzir o crescimento global.

— A visibilidade diminuiu muito. Não se sabe qual o impacto na inflação de todos esses choques, e a postura do BC tem de ser vigilante. É um choque de efeitos desconhecidos, nem sempre temos eventos (greve dos caminhoneiros) como esses. A curto prazo, os efeitos tanto da greve como do câmbio reduzem a visibilidade para frente. A médio prazo, a agenda de reformas, explícita nas atas desde que Ilan pôs o pé no BC, é essencial para manter a inflação baixa ao longo do tempo — afirma Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos. SEM RISCO PARA META DE 4,5% Mesmo sem sinalizar seus passos futuros, o BC não vê risco para o cumprimento da meta este ano: “Os membros do Comitê pontuaram que as diversas medidas de inflação

subjacente (quando se exclui das taxas oscilações muita altas, como da gasolina, da energia e dos alimentos, entre maio e junho) se situavam em níveis baixos no passado recente”, afirmou a autarquia na ata do Copom.

E não é apenas a greve que se mostrou um risco a mais para a inflação, a ponto de as projeções do Focus estarem em 4%, na sexta semana seguida de alta. No fim de abril, a previsão era de 3,49%. Também haverá impacto da alta do dólar. Para o BC, o cenário externo “seguiu mais desafiador.” Há riscos maiores de o processo de alta de juros nos EUA afetar as economias emergentes, com os investidores tirando seus recursos de ativos de risco. Os diretores do BC citaram ainda os possíveis impactos das medidas protecionistas do governo americano sobre o comércio internacional e, conseqüentemente, o crescimento global.

— Essa foi uma mudança na ata, ao citar o cenário externo. A atividade caiu, as projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) desabaram: estão em 1,55% de alta, chegaram quase ao dobro no início do ano. Nós tínhamos uma janela de oportunidade no cenário externo, os juros estavam baixos no mundo, mas não aproveitamos isso para fazer as reformas. Essa janela de liquidez internacional se fechou. Foi-se embora. Ainda teremos o fator político — avalia Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio.

Novas quedas de juros não fazem parte dos cenários dos analistas de mercado. O próximo movimento, seja quando for, será para subir a taxa, diz Gonçalves, do Itaú:

— O próximo movimento será para cima, mas não é muito provável que vá subir os juros pelo menos até o fim do ano, a não ser que o cenário global tenha reflexo muito intenso na desvalorização da moeda, com alteração nas expectativas.

Para Cunha, até outubro, o BC deve manter a taxa em 6,5%, até para não criar mais ruído de uma das mais imprevisíveis eleições da História recente.

Para Alessandra Ribeiro, sócia da Consultoria Tendências, no entanto, a turbulência com as eleições e o cenário externo podem mexer no câmbio, a ponto de obrigar o BC a aumentar os juros já no segundo semestre:

— Num cenário pessimista, pode haver alta já na próxima reunião (em 1º de agosto).

O Copom voltou a afirmar que não combaterá a alta do dólar com juros mais altos. Ressalta que esse instrumento somente será usado se houver contaminação maior dos preços internos.

Sob protestos, Câmara aprova taxa para inativos

O Globo - 27/06/2018

Com protestos e confrontos da PM com servidores, que deixaram duas professoras e dois policiais feridos, os vereadores aprovaram projeto de lei que taxa em 11% inativos e pensionistas da prefeitura que recebem acima do teto do INSS.

Em meio a protestos, tumultos e confrontos entre policiais militares e servidores municipais, a Câmara de Vereadores do Rio aprovou ontem, em segunda discussão, um projeto de lei que prevê a taxação, em 11%, dos aposentados e pensionistas vinculados à prefeitura do Rio que recebem acima do teto do INSS, de R\$ 5.645,80.

A Polícia Militar usou armas de cano longo, spray de pimenta e bombas de gás para conter os servidores. Uma professora ficou ferida por bala de borracha e teve de ser operada. Outra foi ferida nos olhos por estilhaços de rojão. A PM diz que precisou usar armamento não letal para “conter o distúrbio civil”, e que dois PMs também ficaram feridos por pedradas.

Durante o tumulto, vereadores denunciaram que a PM entrou no Palácio Pedro Ernesto, inclusive jogando gás, para tentar prender manifestantes. Uma professora foi presa, sob a acusação de estar com pedras portuguesas nas mãos. A mesa da Casa teve de pedir que os policiais deixassem o prédio.

Na sessão, foram 28 votos favoráveis e 20 contrários, o mesmo placar da primeira votação, realizada na semana passada. O projeto agora segue para sanção do prefeito Marcelo Crivella, o que deve acontecer até a próxima semana. A previsão da prefeitura é que 10.400 inativos e pensionistas sejam afetados pela regra.

— Acabamos com o privilégio de 10% dos servidores. Quem pagava essa conta era a população e isso não irá mais acontecer — disse o secretário da Casa Civil, Paulo Messina, que reassumiu seu mandato apenas para votar o projeto.

A oposição diz, porém, que a votação de ontem não encerra a discussão. Ela questiona uma emenda à lei, assinada pelo próprio Crivella, que isenta a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas de fazer suas contribuições patronais à Previdência. O pagamento, portanto, ficará sob responsabilidade do Tesouro municipal.

— Por regra, a Câmara não pode determinar como o município irá gastar seus recursos nem qual fonte será responsável por arcar com suas obrigações. E foi exatamente o que aconteceu. O prefeito assinou uma emenda e se tornou o 52º vereador — questionou o vereador Reimont (PT).

— Vamos analisar se podemos questionar a legalidade dessa medida. Garanto que iremos até as últimas consequências — disse o vereador Tarcísio Mota (PSOL).

Messina minimizou a ameaça da oposição de questionar a tramitação da lei na Justiça:

— É comum o prefeito assinar emendas. O ex-prefeito, por exemplo, fez isso em diversos momentos.

O advogado Victor Travancas, responsável por ação que impediu o filho de Crivella de assumir o posto de secretário da Casa Civil, também disse que vai à Justiça:

— Vou protocolar uma ação popular para impedir que a lei seja sancionada e publicada.

A oposição chegou a pedir a suspensão da sessão diante do tumulto entre servidores e PMs. Mas o presidente da Câmara, Jorge Felipe (MDB), pediu apenas a saída dos policiais.

Cartões de lojas resistem à crise

Correio Braziliense - 27/06/2018

O velho e bom cartão de loja, também chamado de private label, está passando por uma repaginada com a chegada das startups financeiras, conhecidas como fintechs. Apesar dos percalços na economia, a expectativa é fechar 2018 com crescimento de 30%. Segundo estimativas da Abecs, associação que reúne as empresas de cartões de crédito e serviços no país, a movimentação anual dos cartões de loja e de co-branded (de marcas) chegará perto de R\$ 300 bilhões em 2022, ou mais do que o triplo de hoje em dia.

Para este ano, o setor conta também com a ajuda do Banco Central (BC), que deve aprovar o fim do parcelamento sem juros dos cartões com bandeira, medida defendida pelo mercado financeiro. Desde o início da crise, e com as restrições do crédito bancário, as empresas de private label aproveitaram para expandir suas operações com os cartões de lojas para as classes C e D, que deixaram de ser atendidas pelos bancos. No ano passado, por conta desse movimento, boa parte das empresas mais atuantes tiveram alta média de 26% em suas receitas nesse negócio, como é o caso da Sorocred, Tricard e DMCARD.

Outras, como a Uze e a Bizz, que também atuavam nesse segmento há mais de 20 anos, aproveitaram o bom momento para vender parte de seus negócios. No início do mês, as duas comercializaram 65% de suas operações para a Trigg, que se tornou a primeira fintech a se aventurar no mercado de cartões de loja. “Queremos proporcionar ao varejo o acesso a novas tecnologias e tendências”, diz Marcela Miranda, fundadora da Trigg. “Há uma grande oportunidade de levar novos conceitos e nossa melhor experiência ao cliente.”

Segundo a executiva, a nova operação será a ponte para que varejistas (na sua maioria, comerciantes com histórias de empreendedorismo) possam melhorar os negócios. A ideia, diz Marcela, é atuar com o modelo de plataforma, combinando tecnologia e inteligência em finanças e marketing, aproveitando as informações dos clientes que estão armazenadas nos bancos de dados dos varejistas. “Vamos olhar para esses dados e melhorar os serviços prestados”, diz ela, lembrando que o maior trabalho será digitalizar e modernizar um modelo que tem mais de 20 anos.

As duas aquisições da Trigg representam a chegada de mais de 300 redes de supermercados, lojas de vestuário e postos de gasolina espalhados pelo país. A Uze tem forte atuação no Norte e Nordeste, enquanto a Biz foca no Sul e Sudeste. “Nosso desafio é fazer a diferença para esses clientes, utilizando as informações que eles têm e não usam, além de digitalizar os sistemas de pedido de cartões”, afirma a executiva. Com a incorporação das duas empresas, a Trigg ultrapassa a marca de 1 milhão de cartões emitidos e, até o final deste ano, a meta é alcançar vendas da ordem de R\$ 1 bilhão.

Para Marcos Etchegoyen, CEO da Sorocred, uma das pioneiras no mercado de private label no Brasil, o desafio é focar nas plataformas digitais e criar algo útil e de fácil entendimento para o público. Para isso, a empresa, que tem sede em São José dos Campos, no interior de São Paulo, investiu em uma nova plataforma tecnológica que será lançada em breve. Atualmente, a empresa tem 5 milhões de cartões emitidos e dois milhões de estabelecimentos como clientes em todo o país.

O executivo da Sorocred considera positiva a entrada das fintechs no mercado de cartões de loja porque, segundo ele, as startups estão introduzindo modelos inovadores que vão impulsionar todo o setor. “Temos 30 anos de história e cabe a nós trazer para a companhia essas novas formas de negociar”, diz ele.

O mercado de private label no Brasil

» R\$ 293 bilhões é a previsão de faturamento em 2022, mais do que o triplo de hoje

» 3 bilhões de transações a partir de 2002

» 30% de crescimento em 2018

Avança demanda por investimento entre pequenas

DCI - 27/06/2018

A demanda por Investimento das micro e pequenas empresa (MPE) avançou 14,8 pontos em um ano, ao passar de 27,2 pontos em maio de 2017 para 42,0 pontos em igual mês de 2018. O resultado é o maior da série histórica.

É o que mostra levantamento feito pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e divulgado ontem (26). A escala do índice varia de zero a 100, sendo que quanto maior o número, mais propenso está o empresário a realizar investimentos em seus negócios.

Em termos percentuais, o volume de micro e pequenos empresários que demonstram interesse em realizar algum tipo de investimento em seus negócios nos próximos três meses é de 34%. Os que não pretendem realizar melhorias na empresa representam 46% dos entrevistados, principalmente por acreditarem que o País ainda não se recuperou da crise (36%). Enquanto 20% não sabiam dizer se realizariam algum tipo de investimento na empresa.

“Os empresários continuam cautelosos, mas já constatamos um percentual relevante que tem intenção de realizar investimentos. O que é bastante positivo já que esses recursos podem aumentar a capacidade e produtividade das empresas, levando a um aumento das vendas, o que impulsionará a retomada da economia”, analisa a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, em nota.

Considerando as MPEs que planejam investir nos próximos três meses, as prioridades envolvem reforma da empresa (29%), gastos com propaganda e mídia para divulgação da empresa (26%), compra de equipamentos (25%), ampliação de estoque (19%) e de portfólio (16%).

Na avaliação desses entrevistados, o objetivo dos investimentos é impulsionar as vendas, opção citada por 64%. Há 22% que buscam adaptar a empresa a uma nova tecnologia e 16% que investem para atender ao crescimento da demanda nos últimos meses.

Entre os que sinalizaram que pretendem fazer algum tipo de aporte, capital próprio aparece como o principal recurso. Metade (55%) usará o dinheiro do próprio bolso, seja na forma de aplicações ou investimentos (55%) ou a partir da venda de algum bem (7%). Há 22% que mencionam o empréstimo em bancos.

“Muitos optam pelo capital próprio porque os juros continuam altos para empresários e há um certo receio de recorrer ao mercado de crédito para a realização de investimentos, já que o cenário traz incertezas quanto aos retornos”, explica a economista-chefe.

Queda do consumo interno pressiona nível de ociosidade em bens de capital

DCI - 27/06/2018

A queda do consumo interno e alta do dólar têm feito com que a indústria de máquinas e equipamentos redirecione esforços para as exportações. O nível de utilização da capacidade instalada do setor mantém-se acima da média de

2017, em torno de 70%, mas há segmentos em que esse percentual se aproxima de 60%.

“Setores com tradição em exportação, como máquinas e implementos agrícolas, estão se saindo melhor desde o ano passado usando bem sua capacidade”, aponta a gerente de economia e estatística da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Maria Cristina Zanella.

A entidade divulgou nesta terça-feira (26) o desempenho do setor. O nível de utilização da capacidade instalada está em 74,9%, puxado pelo aumento das vendas no mercado externo. Segmentos como componentes para indústria de bens de capital (68,27%), infraestrutura e indústria de base (61,10%) e máquinas para petróleo e energia renovável (67,64%) estão bem abaixo da média. “A ocupação está direcionada para exportações, com o mercado interno em queda muito forte. As próprias importações para a indústria de bens de capital recuaram, pois a demanda é muito fraca”, explana o economista da Abimaq, Maurício Medeiros.

Para o presidente da entidade, João Carlos Marchesan, a cotação atual do dólar, por volta de R\$ 3,70, tem sido outro fator de incentivo. “O conflito comercial entre China e Estados Unidos, somado a atual situação da economia do Brasil, trouxe esse reflexo, um patamar de dólar favorável para indústria. A força competitiva para o setor das máquinas é a exportação. Mantendo-se esse câmbio, com ausência de mercado interno, a tendência é expandir mais para o mercado externo”, esclarece.

Para o economista da Macrosector Consultores, Fábio Silveira, embora a alta do câmbio beneficie a competitividade no médio prazo, tem um impacto negativo imediato. “O aumento do dólar frente ao real inibe investimentos e encarece vários insumos. Somado à fragilidade do cenário político brasileiro, acaba repercutindo negativamente sobre as encomendas da indústria”, ressalta.

A carteira de pedidos da indústria de máquinas e equipamentos recuou em maio, atingindo o pior patamar da história: dois meses. “Para o mercado interno, isso é pouco. Às vezes leva seis meses para fabricar um produto. Mas para exportação é um bom número”, explica Marchesan.

Impacto da greve

Em maio, as exportações de máquinas sofreram um grave baque em decorrência da paralisação dos caminhoneiros e tiveram queda de 39,7% sobre abril. “O setor de bens de capital sofreu perdas, fortemente influenciadas pela queda dos embarques. A expectativa é que as mercadorias que ficaram paradas nos portos sejam faturadas em junho e o mês tenha crescimento acima da média do ano”, conta Medeiros.

Silveira destaca que, embora a greve tenha durado 11 dias, o período de impacto foi mais longo. “O desarranjo introduzido na economia foi bem superior

a essas duas semanas. Essa freada repercutiu em vários setores da indústria e maio e também vai ter efeito em junho. Mas ainda assim vejo uma indústria podendo evoluir positivamente. Os juros baixos devem dar um folego.”

Marchesan tem uma leitura parecida. “Entendemos que a perspectiva ainda é positiva. Junho vai trazer bons números novamente. Vamos manter o viés de crescimento no ano.”

Cristina afirma que, apesar da retração de maio, a entidade ainda não irá rever sua perspectiva para 2018. “Por enquanto não vamos reavaliar, por se tratar de um resultado pontual. A princípio, mantemos nossa perspectiva de crescimento de 7% a 8%.”

Arrecadação federal avança 5,68% **DCI - 27/06/2018**

A arrecadação de tributos federais avançou 5,68%, em termos reais (corrigido pela inflação), em maio, para R\$ 106,192 bilhões, na comparação com igual mês de 2017, divulgou a Receita Federal ontem (26).

Desta forma, o recolhimento atingiu R\$ 603,400 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses de 2018, um acréscimo de 7,81%, também em termos reais.

Conforme publicação do fisco federal, o resultado pode ser explicado, principalmente, pela recuperação da atividade econômica e pelos fatores não recorrentes, como a arrecadação dos Parcelamentos (PERT/PRT), no começo do ano.

O chefe de Estudos Tributários da Receita, Claudemir Malaquias disse que, mesmo se fosse retirada da base receitas não recorrentes, como as do Refis , haveria crescimento de 4,26% na arrecadação no mês de maio e de 4,11% no ano.

Um dos fatores que influenciaram o aumento da arrecadação em maio foi o aumento no recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incidem sobre o faturamento das empresas, que cresceu 15,57% no mês. Malaquias destacou a alta de 24,11% no recolhimento por estimativa mensal, que é feito com base nas projeções de lucros das empresas para o ano.

Além da atividade econômica, o resultado foi atribuído às medidas adicionais implementadas pelo fisco na recuperação do crédito tributário.

No período de janeiro a maio de 2018, a Receita informou que efetuou ações de cobranças que representam, em valores, R\$ 46,2 bilhões, 14,5% superior ao mesmo período de 2017. Esse crescimento pode ser justificado pela cobrança de parcelamentos, de contribuições previdenciárias em atraso e depósitos judiciais discutindo lançamentos efetuados no âmbito da RFB.

Malaquias disse que os primeiros efeitos da greve dos caminhoneiros – que ocorreu em maio deste ano – na arrecadação só serão vistos no mês de julho, quando são recolhidos tributos sobre os fatos gerados em junho. No fim de maio, o governo reduziu o PIS/Cofins e zerou a Cide sobre o diesel. Ao mesmo tempo, porém, o governo aprovou o projeto que reonerou a folha de pagamentos para 28 setores da economia, entre outras medidas.

Segundo ele, os dados preliminares mostram que a arrecadação de junho está de acordo com projeções da Receita.

Incerteza faz BC se abster de indicar próximos passos da taxa de juros

DCI - 27/06/2018

O Banco Central (BC) decidiu não sinalizar o que fará com a taxa básica de juros (Selic) nas próximas reuniões, devido às incertezas no mercado externo e à aproximação do calendário eleitoral.

É o que mostra a ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, referente à reunião da semana passada, que decidiu manter a Selic em 6,50% ao ano. “Em termos de sinalização futura, todos concordaram que o maior nível de incerteza da atual conjuntura recomenda se abster de fornecer indicações sobre os próximos passos da política monetária”, disse o BC.

Na avaliação do coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Ricardo Balistiero, a autoridade monetária está preferindo não se comprometer com nenhuma sinalização agora para impedir um estresse adicional no mercado financeiro.

“O Banco Central quer evitar o que aconteceu na reunião de maio, quando boa parte dos analistas apostava em um corte de 0,25 ponto na Selic, o que não aconteceu”, relembra Balistiero.

“Na ocasião, havia indicações claras de que a taxa cairia para 6,25%. Isso acabou criando uma expectativa que não se materializou. Dessa vez, portanto, o BC adotou um tom mais cauteloso, até porque as circunstâncias mudaram bastante”, reforça.

Para Balistiero, a comunicação mais cuidadosa da autoridade monetária está menos relacionada com os choques provocados pela greve dos caminhoneiros e mais com a aproximação das eleições, que ocorrem em outubro, e com o ambiente externo turbulento.

Sobre o cenário internacional, o BC cita a guerra comercial entre as principais economias do mundo e o processo de elevação das taxas de juros norteamericanos. “Diante desses fatores, é melhor a autoridade monetária não se

comprometer sobre trajetória dos juros para evitar que o mercado fique em polvorosa”, enfatiza Balistiero.

Apesar de não indicar os próximos passos, o BC reafirmou, na ata, que as suas decisões dependerão da evolução das projeções e expectativas de inflação, do seu balanço de riscos e da atividade econômica.

‘Montanha-russa’

Ainda sobre os riscos, o professor de economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Ulisses Ruiz de Gamboa, comenta que, dado o perfil dos candidatos à Presidência, ainda “poderemos ver uma montanha-russa no câmbio” e que, por conta disso, o BC está correto em ser mais cauteloso.

Na ata, a autoridade monetária afirma que, por enquanto, a disparada do dólar sobre o real não impacta de forma generalizada a inflação brasileira, por conta do elevado grau de ociosidade da economia. Para o BC, o País apresenta capacidade de “absorver revés no cenário internacional, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos e ao ambiente com inflação baixa no passado recente, expectativas de inflação ancoradas e perspectiva de recuperação”.

No entanto, os diretores do BC ponderam que o cenário pode mudar, caso ocorra uma “deterioração adicional do cenário para economias emergentes num contexto de frustração das expectativas sobre as reformas e ajustes necessários na economia brasileira”.

Para Balistiero, foi importante o BC ter esclarecido novamente – assim como no comunicado da semana passada – que os choques da greve dos caminhoneiros tendem a se dissipar a partir de julho. “A paralisação no setor de transporte de cargas no mês de maio dificulta a leitura da evolução recente da atividade econômica. Indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os efeitos da referida paralisação”, afirmou a autoridade monetária.

“A evolução da economia ao longo dos meses de julho e agosto deve indicar com mais clareza o ritmo da recuperação, que poderá se mostrar mais ou menos intensa. O cenário básico do Copom contempla continuidade do processo de recuperação da economia brasileira, embora em ritmo mais gradual que o estimado antes da paralisação”, complementou.

Em comunicado, o Itaú Unibanco disse que o Brasil terá, à frente, uma série de leituras de inflação e atividade bastante voláteis, devido à influência da paralisação dos caminhoneiros, o que deve gerar ruído nos dados. “Isso sugere que a autoridade monetária, provavelmente, não terá ainda como fazer inferências definitivas a respeito dos riscos para economia e a inflação em sua próxima reunião, que ocorrerá entre 31 de julho e 1 de agosto.”

Para o banco, com expectativas de inflação bem ancoradas e nível de ociosidade da economia alto, a projeção é que o aumento dos preços seja transitório e, portanto, que a taxa básica de juros permaneça inalterada até o fim do ano. “Mas o risco é de alta, não de corte”, alerta o banco.

Cliente mais exigente estimula profissionalização em serviços

DCI - 27/06/2018

Quase 40% das marcas que vão estrear na Feira de Franquias da ABF neste ano são de serviços. Além da maior participação deste tipo de operação em shoppings, o setor vive momento similar ao visto no comércio nos anos 2000, quando empresas de bairro perderam espaço a medida que o cliente cobrava profissionalização e padronização dos lojistas.

Ao todo, 49 empresas de serviços vão participar pela primeira vez da ABF Expo, que começa hoje (27) em São Paulo e segue até o próximo sábado (30) “Até o fim dos anos 1990 o consumo era quase todo feito em lojas de bairro, mas conforme o poder de compra cresceu, criou-se espaço para grandes redes. É isso que se dá agora em serviços”, conta a especialista em comportamento do consumidor e professora da Universidade São Paulo (USP) Maria Carolina Mendonça e Sá.

De acordo com a acadêmica, uma forma das empresas ganharem escala é com franquias. “Vemos, por exemplo, uma migração do cliente que antes fazia reparo em roupas na costureira do bairro para locais onde haja mais garantias de qualidade, preços e profissionalização. O mesmo vale para mecânicos, massagistas e escolas”, diz.

E é justamente o segmento de serviços educacionais o que mais terá novidades na feira. Ao todo 20 das 49 estreantes atuam com capacitação e formação.

Uma delas o Kumon. De acordo com o diretor de expansão, Thiago Alves, o objetivo de entrar na ABF Expo é prospectar clientes e fortalecer a marca. “A meta para 2018 é abrir 130 unidades, e chegar em 2020 com 1.650”, diz.

Quem também entra em campo pela primeira vez é a Makevator. Especializada em capacitação para o setor de beleza, o CEO da rede, Sidney Marques de Oliveira, conta que a decisão de participar da feira se deu após a empresa remodelar os processos internos e se preparar para mais um ciclo de avanço. “Agora estamos focados na expansão da rede e temos a meta de atingir 200 unidades nos próximos três anos, sendo 50 em 2019”, conta ele.

Apesar de operar com franquias desde 2016, a Ctrl+Play – rede de escolas de programação e robótica – também participa da ABF Expo pela primeira vez em 2018.

“Na feira, queremos consolidar nossa marca e fechar ao menos 10 novos negócios”, conta o diretor de franquias da rede, Samuel Quintans, lembrando que a meta para o ano é chegar a 50 unidades em operação. “Esperamos assinar mais 25 contratos de franquia entre junho e dezembro.”

Com 98 escolas em operação e outras 49 em processo de implementação, a rede bilíngue de ensino Maple Bear irá usar a primeira participação na feira da ABF para chamar atenção de investidores. “Identificamos diversas praças com elevado potencial e apresentaremos, no evento, oportunidades em um modelo de negócio consolidado” diz o CEO, Arno Krug. De acordo com ele, só no primeiro trimestre, 12 escolas foram inauguradas, e meta é outras 10 até o fim do ano.

Conversa franca

Para Maria Carolina, professora da USP, a profissionalização do setor de serviços é mais difícil que o verificado no comércio, uma vez que sem produtos “físicos”, o cara a cara com o consumidor e a qualidade do serviço são fundamentais para garantir o crescimento.

De modo similar pensa a diretora executiva do Grupo Bittencourt, Lyana Bittencourt. De acordo com ela, os desafios para se operar em serviços com qualidade são muitos. “Diferente de um comércio – em que o cliente, dependendo do quanto gosta do produto, pode perdoar pequenas falhas – nos serviços a ‘taxa de perdão’ some”, pondera.

Segundo a gerente de inteligência de mercado da ABF, Vanessa Bretas, setores como Serviços Administrativos, Saúde, Beleza e Comunicação estão entre os que mais têm se profissionalizado. “Recebemos muitas consultas e esse perfil [de negócio] terá participação relevante na feira”, diz Vanessa.

Com isso, a expectativa da ABF é que o setor de franquias fature até 8% a mais ainda neste ano, média que pode ser maior nos serviços. “A tendência é que as franquias de serviços cresçam acima deste valor. As franquias de reparo de eletroeletrônicos, por exemplo, cresceram 32,2% em 2017 ante 2016.”

E foi para aproveitar esse momento do setor de reparos que a #Hashtec, marca do Grupo PLL, começará a franquear. Segundo o sócio-diretor da #Hashtec e Grupo PLL, Lucas Linhares, a empresa já crescia de modo orgânico, e chegou a reparar mais de 40 mil aparelhos por mês.

Com essa demanda, a opção de crescer com de franquias surgiu. “Em um carnaval, viajei a Búzios e no primeiro dia meu celular quebrou. Busquei uma assistência técnica, e depois de muito esforço, localizei uma, mas que não tinha as peças necessárias. Notamos aí que tínhamos uma grande oportunidade”, diz ele, que pretende somar 30 franquias neste ano.

Quem também entra em 2018 na feira da ABF é a DrogaVET, que oferece serviços de manipulação veterinária. Segundo a sócia-fundadora da empresa, Sandra Schuster, a entrada na feira corrobora com o plano de expansão da rede, que já atua com franquias desde 2004. “Estar na feira abre a possibilidade para que novos empreendedores conheçam nosso modelo de negócio”, conta ela, que pretende ter 50 unidades em operação até o fim deste ano e, até 2020, atingir 70 unidades.

Correndo por fora

Para acelerar o plano de expansão, a rede de lavanderias Laundromat também marca presença na feira este ano. De acordo com o diretor da marca, Nicolas Lopez, uma das novidades deste ano é o lançamento de um modelo de microfranquia. Com um formato self service no sistema de comodato o objetivo é abrir 10 lojas este ano. “Identificamos que no Brasil há uma demanda crescente de pessoas que buscam este tipo de serviços em horários alternativos, com este modelo vamos conseguir atender o usuário 24 horas nos sete por semana”.

Com um custo reduzido, quando comparado ao um modelo tradicional de franquias, as microfranquias da marca cabem em um espaço de 15 m². “Os locais ideais são supermercados, postos de gasolina, open malls, e outros que tenham esse perfil de sinergia de negócios, estacionamento e segurança.”

Outra empresa que também prospecta bons resultados com serviços de marketing e comunicação é a Guia-se Negócios pela Internet. Para a edição deste ano da feira, a empresa pretende fechar ao menos 10 contratos, e chegar a 130 operações no País até o final do ano. “Com modelo home based de microfranquia, o negócio é ideal para cidades com mais de 50 mil habitantes”, explica o CEO da Guia-se Negócios pela Internet, José Rubens Oliva Rodrigues.

A rede Tratabem, parte do grupo iGUi Worldwide, já atua em feiras da ABF há três anos, mas aposta em condições diferenciadas para fechar negócios na edição de 2018.

Segundo a diretora de franquia da marca, Lilian Marques, o plano é abrir 110 lojas em 2018, fechando o ano com 300 franquias em operação. “Na ABF, buscaremos também mais cinco escritórios para nosso plano de expansão nacional.”

Com os novos negócios e toda a perspectiva de crescimento com franquias, a executiva estima que, em pelo menos três anos, cerca de 50% do faturamento da iGUi Worldwide venha da Tratabem.

Congresso mantém vetos de projeto de reoneação da folha

DCI - 27/06/2018

O Congresso Nacional manteve o veto ao projeto de reoneação da folha de pagamento das empresas. Na prática, isso significa que 39 setores perderão o benefício da desoneração. A medida foi uma das negociadas pelo governo para bancar o bolsa caminhoneiro, para reduzir o preço do diesel e pôr fim à greve no setor.

Durante a tramitação do projeto da reoneação, os parlamentares pretendiam manter o benefício para 28 setores da economia até 2020, mas o presidente Michel Temer vetou 11 deles. Com isso, apenas 17 setores seguirão desonerados pelos próximos dois anos e meio.

O líder do PCdoB na Câmara, Orlando Silva (SP), relator do projeto, chegou a apresentar um pedido de destaque para que o veto da reoneação fosse votado em separado. Mas o presidente do Congresso, Eunício Oliveira (MDB-CE), indeferiu a solicitação e disse que não havia liderança do partido no plenário para dar seguimento ao pedido.

Logo após o anúncio do resultado, a vice-líder do PCdoB na Câmara, Alice Portugal (BA), protestou e disse que a decisão foi equivocada, pois ela estava presente na Casa. O líder do PP, Arthur Lira (AL), também reclamou e acusou Eunício de indeferir o destaque após o início da votação.

Eunício disse que vai consultar as notas taquigráficas e, se for constatado erro, ele poderá retomar o tema na próxima sessão. Mesmo assim, deu o resultado como proclamado.

Artesp anuncia reajuste de pedágios

DCI - 27/06/2018

Os valores cobrados nos pedágios de 19 concessionárias de rodovias paulistas serão reajustados em 2,85%, no domingo (1/7), informou a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

O aumento, referente ao IPCA acumulado entre junho de 2017 e maio de 2018, equivale ao reajuste anual previsto nos contratos de concessão. Ainda de acordo com a Artesp, devido a "arredondamentos", em algumas praças o reajuste não será repassado à tarifa paga pelos usuários. Isso acontecerá nos trechos leste e oeste do Rodoanel Metropolitano Mário Covas (SP 021) e nas praças de Diadema e Eldorado da Rodovia dos Imigrantes (SP 160).

Desde 1998, início das concessões em São Paulo, o reajuste de valores cobrados é aplicado todo dia 1º de julho para 19 concessionárias paulistas. Nas duas concessões mais recentes, Entrevias e ViaPaulista, iniciadas em 2017, o reajuste será aplicado nas datas de aniversário dos respectivos

contratos. A tabela completa com as tarifas que passarão a vigorar a partir da 00h do próximo domingo está disponível no endereço: <http://goo.gl/wmhckx>.

Investimentos

Desde o início das concessões paulistas, a receita dos pedágios viabilizou mais de R\$ 100 bilhões em investimentos em obras, manutenção e operação dos 8,4 mil quilômetros de rodovias paulistas sob concessão. Entre os serviços prestados pelas concessionárias, já foram realizados mais de 24 milhões de atendimentos aos usuários entre socorro médico e mecânico nas rodovias localizadas em todo estado.

Na avaliação da Artesp, o pacote de serviços oferecidos nas rodovias melhorou a segurança e fluidez das viagens. Como resultado, 18 das 20 melhores rodovias do Brasil fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, segundo levantamento técnico da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Além disso, R\$ 4,7 bilhões foram repassados para prefeituras paulistas a título do ISS-QN, imposto municipal que incide sobre a tarifa de pedágio, considerando o mesmo período. Essa verba pode ser utilizada pelas administrações municipais para investimentos nos municípios.

As tarifas que estão atualmente em vigor, até o dia 30 de junho, estão publicadas no site da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo): <http://goo.gl/oyJWHW>.

Raquel Dodge defende fim de imposto sindical obrigatório **O Globo - 27/06/2018**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que afirma que o fim da contribuição sindical obrigatória é constitucional.

Amanhã, está previsto na Corte o julgamento de 19 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a nova regra. A decisão terá efeito vinculativo. Ou seja, juízes de instâncias inferiores deverão acompanhar o posicionamento do tribunal.

A reforma trabalhista, que entrou em vigor no ano passado, tornou facultativo o pagamento do imposto.

A manifestação de Raquel Dodge foi apresentada na ADI proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Conttmf).

Um dos argumentos apresentados pela Conttmaf é de que, por se tratar de um tributo, a mudança na norma deveria ter sido realizada por meio de uma lei complementar, e não ordinária, como a que implementou a reforma.

A procuradora-geral, no entanto, argumentou que a contribuição de interesse das categorias profissionais não se trata de imposto e que, por isso, o entendimento do STF é que não é necessária uma lei complementar para criar, alterar ou revogar esse tipo de contribuição. “Não há espaço na jurisprudência do STF para o reconhecimento de inconstitucionalidade formal dos dispositivos impugnados, já que, para a sua criação, a norma constitucional não exige idêntica espécie legislativa”, ressaltou.

Emergentes no aperto **O Estado de S. Paulo - 27/06/2018**

Fábio Alves

O movimento global de valorização do dólar, alta nos preços do petróleo e de outras commodities, além de problemas domésticos, como instabilidade política e elevada necessidade de financiamento externo, estão levando os maiores mercados emergentes a recorrer à elevação de juros para conter a forte depreciação das suas moedas e, por tabela, maior pressão sobre a inflação.

Em meio à migração crescente de investidores estrangeiros para o refúgio de aplicações em dólar, abandonando ativos considerados de maior risco, o quanto esse movimento conjunto de países emergentes elevando os juros colocará pressão sobre o Brasil para também fazer um aperto monetário e não correr o risco de ficar menos atraente ao capital estrangeiro?

Na semana passada, o Banco Central mexicano elevou a taxa básica em 0,25 ponto porcentual, para 7,75%, após ter ficado parado por duas reuniões seguidas de política monetária e a inflação ter desacelerado em maio para o menor nível neste ano. Por outro lado, assim como no Brasil, o México vem lidando com uma forte desvalorização da sua moeda frente ao dólar.

Também o BC das Filipinas elevou os juros em 0,25 ponto na semana passada, a segunda alta consecutiva, para combater a pressão sobre a inflação causada pela valorização do dólar e do petróleo. No início deste mês, a Índia aumentou a taxa básica pela primeira vez em quatro anos, em 0,25 ponto para 6,5%, citando riscos de alta da inflação.

Isso sem falar no choque de juros adotado recentemente pela Argentina e Turquia para combater o que muitos chamaram de ataque especulativo sobre o peso argentino e a lira turca.

Na Argentina, o BC manteve a taxa inalterada em 40% ao ano na sua última reunião de política monetária. No início deste mês, a Turquia aumentou os

juros em 1,75 ponto para 17,75%, acumulando um aperto de 9,75 pontos em apenas duas semanas para combater a forte desvalorização da moeda.

O BC diz vai apenas combater os efeitos secundários de um choque, como a alta do dólar

“Se o diferencial de juros real entre outros países emergentes versus o Brasil aumentar, pode sim aumentar a pressão na nossa moeda”, diz o sócio e gestor da Alaska Asset Management, Henrique Bredda. Segundo ele, se os outros países emergentes, como México e Turquia, começarem a elevar a taxa nominal, aumentando o nível dos juros descontado da inflação em relação ao Brasil, isso pode aumentar o apetite de o investidor ficar vendido em real para financiar posições compradas no peso mexicano ou na lira turca, por exemplo.

Uma combinação de indicadores econômicos decepcionantes, elevada incerteza política e dólar em alta aumentou a pressão por saída de capital estrangeiro dos mercados emergentes, segundo os economistas do banco JP Morgan. Em nota a clientes, esses economistas disseram esperar agora que metade dos bancos centrais emergentes acompanhados por eles vai apertar suas políticas monetárias no segundo semestre deste ano.

Todavia, os economistas do JP Morgan consideram que um movimento mais amplo e disseminado de elevação de juros entre emergentes aconteça apenas em 2019, quando o hiato do produto se tornar mais positivo, incluindo o início de um aperto monetário no Brasil em meados do próximo ano. Ou seja, quando a ociosidade da economia diminuir e não absorver facilmente, por exemplo, uma depreciação do câmbio.

Na última pesquisa Focus, os analistas apostam que a Selic seguirá inalterada em 6,5% até o fim deste ano, mas terminando 2019 a 8,0%. Por outro lado, as taxas dos contratos futuros de juros embutem a probabilidade de uma alta ao redor de 1,6 ponto porcentual da Selic até o fim deste ano. Alguns economistas apostam em alta de juros após a eleição presidencial. Tony Volpon, do banco UBS, acredita que o BC elevará a taxa Selic em 2 pontos até o fim deste ano, mas após a eleição.

Por enquanto, o BC diz que a política monetária é separada do câmbio e que somente combaterá os efeitos secundários de um choque, como a alta do dólar. Ou seja, se a disparada da moeda americana apenas afetar as expectativas inflacionárias de médio prazo.

Outros países emergentes não estão esperando isso acontecer. Nesta quinta-feira, por exemplo, o BC da Indonésia deve elevar os juros pela terceira vez em apenas seis semanas. E a lista do aperto monetário parece só crescer.

0+ 0= 0

O Estado de S. Paulo - 27/06/2018

Direto da fonte/Sonia Racy

Profundo conhecedor do setor agrícola, José Roberto Mendonça de Barros não vê com bons olhos esse vaivém do setor. A renegociação de dívidas, com descontos de até 95% no saldo devedor, acaba de ser barrada pelo governo por falta de recursos.

“Sou contra refinanciamento de dívidas, coisa que estimula o devedor a não pagar e esperar o próximo Refis”, ponderou ontem o economista à coluna. Ele concorda que existe quem não possa pagar e os malandros de plantão. Mas avisa que não há como separar um do outro.

Portanto, é fato que barrar benefício de R\$ 15,5 bilhões a ruralistas, conforme publicou ontem o Estado, não resulta em ganho de igual valor para o Tesouro – que tem de receber pagamento das dívidas dos agricultores, devidas principalmente ao BB e à Caixa.

Quem não está pagando hoje não pagará amanhã só porque a cobrança da dívida voltou.

Sonrisal...

O cardápio ontem, no almoço de trabalho no Itamaraty com o vice dos EUA, Mike Pence, foi bom: casquinha de siri, bacalhau à lagareiro, arroz de brócolis, batatas rústicas, mousse de açaí com guaraná, banana, chantilly de graviola e praliné de granola.

Tudo regado a espumante e vinhos da Casa Valduga, de Bento Gonçalves.

...não faz mal

Indigesto foi Pence usar sua declaração à imprensa para falar do problema dos imigrantes ilegais de El Salvador, Honduras e Guatemala para os EUA.

Diplomatas acharam sua fala meio sem noção.

Música para os ouvidos

Doria prometeu ontem, em encontro na Faesp, retomar o projeto do Ferroanel, buscar modelos de PPP na privatização ou concessão de rodovias vicinais e desenvolvimento de hidrovias.

E o tucano foi taxativo ao dizer que não vai tolerar invasão de fazendas.

Marinês

Ontem, no restaurante Gero, Eduardo Giannetti da Fonseca teve um longo almoço com Delfim Neto.

Indagado sobre sua participação na campanha de Marina, Giannetti se classificou como colaborador especial, sem vínculo direto. Assim como André Lara Resende.

Rebelde sem causa **O Estado de S. Paulo - 27/06/2018**

Monica De Bolle

Dizem que a alma masculina está bem sintetizada na motocicleta – o perigo, a velocidade, a solidão, a mecânica, o barulho rouco, a habilidade física. No cinema, as motocicletas, as Harley-Davidsons em especial, foram protagonistas da masculinidade em várias ocasiões. Peter Fonda em Easy Rider, Bruce Willis em Pulp Fiction, John Travolta em Wild Hogs, Sylvester Stallone em Rocky 3, só para citar alguns. É difícil visualizar Donald Trump sentado numa Harley, jaqueta de couro, óculos Ray-ban, cigarro no canto da boca, cabelos... bem, a tentativa de imaginar o rebelde sem causa, provocador de guerras comerciais interplanetárias, morre no penteado.

A empresa que produz as motocicletas mais emblemáticas do imaginário macho alfa americano, o Marlboro Man por excelência, acaba de anunciar que levará suas fábricas para a Europa e para outras partes do mundo em razão das retaliações provenientes das tarifas de Donald Trump. Para quem não acompanhou ou não se lembra, não faz muito tempo que o presidente americano recebeu executivos da Harley-Davidson na Casa Branca para exaltar o fato de a empresa concentrar parte relevante de sua produção nos EUA, criando empregos e ajudando a tornar a América novamente grandiosa. Motocicletas foram expostas nos jardins da Casa Branca em fevereiro de 2017, enquanto Trump tuitava sobre o excelente encontro com os dirigentes da empresa.

Cerca de ano e meio mais tarde, a empresa anunciava o fechamento de uma fábrica em Kansas City e a abertura de outra na Tailândia. Agora, foi a vez de os executivos avisarem que diante das sobretaxas da União Europeia sobre as motocicletas importadas dos EUA as plantas terão novo lar em solo europeu. Afinal, é do outro lado do oceano que está o principal mercado para as bikes.

A decisão da Harley-Davidson leva consigo empregos, investimento, e pedaços do setor industrial. Embora tenha sido a primeira empresa a mostrar claramente para Trump e seus assessores que políticas nacionalistas e protecionistas trazem consequências indigestas e efeitos danosos para a economia, dificilmente será a única. As ações retaliatórias da União Europeia e da China fatalmente haverão de levar à reestruturação da indústria exportadora dos EUA e à saída de outras empresas americanas de seu país de origem para evitar as tarifas proibitivas. E esse é apenas o começo.

Há poucas semanas, Trump determinou que o Departamento de Comércio iniciasse investigação sobre as práticas de comércio da indústria automobilística sob o argumento da segurança nacional, tal qual fez recentemente para o aço e o alumínio. O relatório deve ser divulgado pouco antes das eleições legislativas de novembro, provavelmente em setembro e outubro. Caso o presidente americano decida seguir o roteiro das sobretaxas do aço e do alumínio, é provável que anuncie a imposição de tarifas sobre automóveis importados logo que saírem os resultados da investigação.

É difícil exagerar as repercussões dessas tarifas, sobretudo para as negociações do Nafta, o tratado de livre-comércio entre México, EUA e Canadá. A indústria automobilística é elo fundamental das cadeias de produção da América do Norte. A aplicação de tarifas de 20% ou 25% sobre carros e caminhões importados, produzidos nos três países e cujas partes e componentes tendem a cruzar as diferentes fronteiras várias vezes antes que se tenha o produto final, certamente elevará os preços ao consumidor. Contudo, esse não é o pior efeito.

Defensores de Trump fazem vista grossa aos estragos que as ações comerciais do rebelde sem causa podem causar

Estudo recente divulgado pelo Peterson Institute for International Economics, onde trabalho, mostra que, com a imposição de tarifas unilaterais, a produção de veículos poderá sofrer queda de 1,5%, colocando em risco cerca de 195 mil empregos. No caso do setor que produz partes e componentes, cerca de 2% da força de trabalho pode ficar obsoleta. Na quase certa eventualidade de retaliação por parte de outros países, a produção poderá cair mais de 4%, gerando perda de 620 mil empregos.

Os defensores de Trump aqui nos EUA e aí no Brasil costumam apontar ingenuamente para os bons indicadores econômicos parcialmente herdados do governo anterior. Fazem vista grossa ou simplesmente não compreendem que as ações comerciais do rebelde sem causa com topete esvoaçante trarão estragos nada desprezíveis. Não tardará para que se lembrem de Bruce Willis sentado na Harley dizendo aquela frase: “Zed’s dead, baby”.

Quando menos é mais

Valor Econômico - 27/06/2018

Fernanda Delgado e Magda Chambriard

De acordo com a teoria econômica, a imposição de um imposto tem um efeito distorcivo na economia por criar uma cunha entre o custo da empresa e o preço de mercado do bem. Essa distorção pode, portanto, impactar a quantidade produzida do bem. Quanto maior o imposto, maior será a distorção, levando, assim, a uma menor quantidade produzida daquele bem. Dessa forma, uma redução de imposto estimula a economia por meio da redução dessas distorções, afetando positivamente a produção do bem. A partir deste

princípio, com a redução dos royalties pagos, as empresas podem investir nas atividades de exploração e produção, impulsionando, assim, a atividade econômica das diversas localidades ligadas à indústria do petróleo e gás natural.

Esta é a discussão em curso neste momento no Brasil. A redução da alíquota de royalties pagos pelas empresas exploradoras de petróleo e gás natural, em campos maduros, é uma possibilidade que a sociedade vislumbra com o objetivo de estimular a produção e, por consequência, a atividade econômica nas localidades onde esses campos se encontram. A redução na alíquota de royalties no Brasil está em discussão pelo seu potencial em promover o desenvolvimento em bacias maduras. Esse tipo de política de estímulo à economia já foi utilizado em outros países produtores de petróleo e gás natural, com resultados positivos.

A indústria petrolífera brasileira, hoje, vive um momento de grandes transformações com um aprimoramento regulatório que busca trazer segurança jurídica para os investidores. Uma política de incentivo, via revisão dos termos fiscais, é oportuna e está plenamente alinhada com a prática internacional nos períodos de baixos preços de petróleo. O "scale up" atual de preços do óleo cru no mercado internacional, é, na verdade, resultado de causas exógenas à própria indústria de petróleo, como eventos geopolíticos que têm levado a perspectivas de bloqueios econômicos a grandes produtores de petróleo, impactando temporariamente o equilíbrio de oferta e demanda global. Nesse ciclo de baixa existem muitas flutuações, e, ao adotar políticas desse tipo, não se deve focar nas flutuações, mas sim nos incentivos.

Para aumentar o fator de recuperação de campos maduros, governos e operadores lançam mão de opções econômicas e técnicas. Por parte dos governos, estes podem proporcionar extensão de contratos, incentivos econômicos e/ou adaptações regulatórias. Já por parte dos operadores, estes podem adensar a malha de poços perfurados no campo, ampliar métodos e aplicar novas tecnologias de recuperação, proceder "revamps" em instalações e/ou novas unidades de produção, reduzir custos e incorporar novas oportunidades exploratórias.

Em relação ao uso de métodos de recuperação avançada, de acordo com cálculos da ANP, cada 1% a mais no fator de recuperação dos campos maduros em operação há quase 40 anos pode gerar investimentos de R\$ 26 bilhões. Ademais, tal investimento resultaria em um aumento das reservas de um bilhão de barris de óleo equivalente (incluindo gás natural). A estimativa é que esse volume adicional de reservas, ao serem produzidas, gerem R\$ 16 bilhões em royalties ao longo dos anos.

O desenvolvimento econômico proporcionado pela redução dos royalties é de grande importância neste momento. O Brasil experimentou, nos últimos anos, a maior recessão econômica da sua história. A indústria do petróleo, devido a uma série de fatores, foi altamente afetada pela crise, de forma que os

benefícios de uma redução de impostos incidentes sobre o setor podem ser um grande estímulo para a economia dos municípios afetados.

Por ser um incentivo fiscal, é importante que essa redução proposta na alíquota de royalties seja acompanhada de políticas de monitoramento e avaliação da sua efetividade. Além disso, levando em consideração o conceito de royalties, a implementação de um fundo soberano para que as gerações futuras também se beneficiem desses recursos é de grande importância.

O estudo da FGV Energia apontou que, para efeito de estimativa dos royalties¹ incrementais a serem percebidos pelo município de Campos, se realizados os investimentos em rejuvenescimento em 30 campos, levaria a uma estimativa de receita adicional de royalties de cerca de R\$ 320 milhões², apurados ao longo de 10 anos. Importa mencionar que esse valor adicional, reduzido a um valor médio mensal, representaria um acréscimo da ordem de 66% do valor dos royalties recebidos pelo município de Campos, em dezembro de 2017.

Desta feita, de acordo com a teoria econômica e exemplos internacionais, a redução da alíquota de royalties tem potencial para estimular a produção de petróleo e gás natural e, por consequência, a atividade econômica; assim como fomentar a dinâmica econômica municipal.

Além disso, caso a redução da alíquota dos royalties seja suficiente para incentivar o rejuvenescimento dos campos pode haver significativo acréscimo de atividade econômica, resultando em:

Extensão da vida útil dos campos maduros em questão, adjacente à premência de se alargar tal definição;

Redução de declínio de produção em bacias maduras, conforme mostrado para a bacia de Campos, por exemplo;

Aumento na arrecadação de royalties, como consequência de maior produção por mais tempo;

Possibilidade de maior desenvolvimento socioeconômico, proporcionado pelo aumento dos investimentos resultantes da maior produção dos campos.

1. Considerou-se que todos os investimentos adicionais foram realizados e encorajados pela redução de alíquota de royalties, de 10% para 5%, e que são fixos os valores de Brent e câmbio, as contribuições percentuais dos diversos campos para a apuração do valor total de royalty auferido pelo município, etc., e iguais aos valores de dezembro de 2017.

2. Adotados valores de royalties, contribuições percentuais dos diversos campos para a apuração do valor total auferido pelo município, valores do petróleo Brent etc. conforme dados de dezembro de 2017, disponibilizados pela ANP.

Venenosa ganância

Valor Econômico - 27/06/2018

José Eli da Veiga

A inteligência das populações dos países mais avançados passou a regredir de forma galopante, depois de firmes e regulares avanços na segunda metade do século passado. Tal reviravolta tem sido chamada de "reversão do efeito Flynn" porque o pioneiro e mais notável analista dos resultados de testes de QI (quociente de inteligência) foi o americano James Robert Flynn, hoje professor emérito de ciência política da universidade de Otago, na Nova Zelândia.

Impossível saber a real abrangência geográfica, tanto do próprio efeito, quanto de sua inversão, pois isso depende de acesso a fidedignas bases de dados, como as longas séries com resultados dos testes a que foram submetidos os recrutas das forças armadas de nações como Austrália, Finlândia, Grã-Bretanha, Holanda, Noruega e Suécia.

Na Noruega, por exemplo, de 1976 a 1991 (último ano de serviço militar obrigatório), o QI médio dos alistados caiu 0,30 pontos ao ano, depois de ter aumentado 0,20 pontos ao ano entre as gerações de 1962 a 1975. Pior: há muitos indícios de que essa queda tenha se acelerado desde 1991. O suficiente, portanto, para que o problema seja considerado gravíssimo, já que a expectativa mais negativa seria a de eventual estabilização do grau de inteligência nesse tipo de amostragem.

Possíveis explicações para tão inesperada e preocupante fenômeno geraram ácida controvérsia. De um lado, hipóteses genéticas realçam duas variáveis: são as famílias menos inteligentes as que mais procriam, e são os filhos de pobres imigrantes que carregam menor acúmulo de ativos culturais (capital humano). Do outro, hipóteses ditas ambientais destacam o recuo da leitura de livros frente à onipresença das telas de TV, computadores e celulares; dificuldades do sistema educativo; a crise do Welfare State; e, sobretudo, problemas de saúde pública.

Essa clivagem genética/ambiente se tornou anacrônica desde que foi cabalmente comprovada a importância da epigenética, assim como a pertinência da conjectura de Darwin sobre adaptação/seleção nos âmbitos comportamental e simbólico. À luz das quatro dimensões hereditárias do processo evolucionário, é pura tolice antagonizar genética e ambiente. Além disso, os pesquisadores já deveriam saber que qualquer fato concreto é sempre síntese de múltiplas determinações. O que exige aposta em alguma abordagem de conjunção complexa, em vez de emulação das duas muletas do paradigma cartesiano: disjunções e reduções.

Enquanto isso não ocorre, merece máxima atenção uma das causas ambientais: os estragos provocados por compostos químicos que alteram o

sistema hormonal. Tudo indica que os chamados "perturbadores endócrinos" estejam entre as mais relevantes causas da virada à desinteligência.

Por perturbadores endócrinos entende-se um amplo leque de substâncias químicas que interferem no conjunto de glândulas do corpo - pâncreas, tireoide, hipófise e suprarrenais - alterando a eficácia dos hormônios, assim como sua produção endógena. Esses tóxicos são muito comuns nos alimentos industrializados, cosméticos, produtos de higiene pessoal (principalmente sabonetes, loções, desodorantes e dentifrícios), plásticos, tecidos sintéticos, colchões, materiais de construção, e, obviamente, produtos de limpeza e praguicidas domésticos. Tudo vendido pelo comércio varejista sem qualquer tipo de cuidado e informação, ao contrário do que ocorre com muitos remédios e alguns praguicidas agropecuários, pois, em princípio, estão sujeitos a receituário e instruções de uso, além de explícitos alertas sobre os riscos.

As cinquenta páginas do "Statement of the Endocrine Society on Endocrine-Disrupting Chemicals" já haviam enfatizado, em 2009, o quanto os perturbadores endócrinos podem ser deletérios à inteligência. Em especial, a altíssima probabilidade de dano à formação do cérebro do feto sempre que uma grávida tenha contato com tais poluentes. A novidade é que esse alarme acaba de ser ratificado no periódico *Endocrine Connections* (2018, 7, R160-R186), mediante revisão de 433 trabalhos - "Thyroid-disrupting chemicals and brain development: an update" - conduzida por três feras do sistema de pesquisa francês: B. Mughal, J-B. Fini e B. Demeneix.

A liderança dessa metanálise foi da endocrinologista britânica Barbara Demeneix, que há muitos anos trabalha no CNRS, é autora do livro *Cocktail Toxique* (ed. Odile Jacob, 2017), e teve participação de destaque em recente documentário que precisa com urgência ser legendado: *Demain, tous cretins?* (<https://www.youtube.com/watch?v=WWNARPyruoQ>).

Quem assistir, com certeza ficará bem mais prudente ao compor sua cesta de consumo. Provavelmente também se perguntará como é possível que as indústrias químicas e farmacêuticas, assim como as cadeias de supermercados, consigam ser tão inescrupulosamente gananciosas, enquanto trombeteiam ser "sustentáveis". E verificará o grau de monstruosidade delinquente da atual cruzada de empresários e deputados ruralistas brasileiros contra a regulamentação responsável dos agrotóxicos, via "PL do veneno".

O ajuste se tornou ainda mais urgente

Valor Econômico - 27/06/2018

Sergio Lamucci

A piora do cenário internacional torna ainda mais urgente a adoção de medidas duras para equilibrar as contas públicas. A tolerância em relação aos déficit fiscais elevados e à dívida em trajetória de alta explosiva já diminuiu, como se vê na forte desvalorização do real neste ano, apesar de o Brasil ter contas externas sólidas e um volume muito expressivo de reservas internacionais.

As incertezas quanto ao compromisso do próximo presidente com o ajuste fiscal têm cobrado seu preço. O aumento do risco país, o câmbio mais fraco e os juros de longo prazo mais altos levam à deterioração das condições financeiras, afetando as já pouco animadoras perspectivas de crescimento. É crucial que o novo governo tenha uma estratégia clara de melhora do resultado primário (que exclui os gastos com juros) nos próximos anos, concentrada especialmente no controle de gastos, combatendo a rigidez orçamentária. A gravidade da situação, contudo, pode exigir também algum aumento de impostos, para estancar mais rápido a tendência de alta da dívida pública.

O quadro externo para os países emergentes piorou consideravelmente em 2018, dado o aumento dos juros americanos de longo prazo e a tendência de valorização do dólar. Em setembro de 2017, a taxa dos títulos de dez anos do Tesouro americano estava pouco acima de 2% ao ano; hoje, está em 2,9%, e deve seguir em alta - os economistas do Goldman Sachs, por exemplo, projetam 3,25% no fim deste ano e 3,6% no fim do ano que vem. As moedas emergentes apanham nesse ambiente. Para completar, o presidente Donald Trump tem apostado numa escalada de medidas protecionistas, levando a China e a União Europeia (UE) a ameaçarem os EUA com retaliações.

Em resumo, o cenário global tornou-se bem menos favorável do que no ano passado. Com maior aversão ao risco, os países emergentes ficam menos atraentes para o capital estrangeiro.

O Brasil tem como trunfos um déficit em conta corrente pequeno, de 0,7% do PIB nos 12 meses até maio, e reservas internacionais superiores a US\$ 380 bilhões. Isso ajuda a proteger a economia de maiores solavancos, mas não blinda totalmente o país num momento em que o cenário internacional está mais adverso, como fica claro na expressiva desvalorização do real. O ponto é que as contas públicas continuam extremamente frágeis. Um dos principais indicadores de solvência de um país, a dívida bruta passou de pouco mais de 51% do PIB no fim de 2013 para 75,9% do PIB em abril deste ano. É um número muito acima da média dos emergentes, de pouco mais de 50% do PIB, de acordo com números do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essa situação fiscal fica ainda mais preocupante porque não está claro se o próximo presidente terá o combate ao desequilíbrio das contas públicas como prioridade - ou, mesmo se tiver, se será capaz de implementar as duras medidas que são necessárias para deter a trajetória de aumento da dívida.

A providência mais importante é atacar o problema pelo lado das despesas, contendo o crescimento dos gastos obrigatórios. A estratégia de segurar os dispêndios discricionários (aqueles sobre os quais o governo têm maior controle) se esgotou. No Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economista Silvia Matos diz que todo o ajuste nas despesas recorrentes da União é feito no item "demais despesas", que reúne investimentos, subsídios e gastos com a máquina pública, sem incluir pessoal.

No acumulado em 12 meses, esse grupo de gastos passou de 5,7% do PIB no fim de 2014 para 4,5% em fevereiro deste ano. "No entanto, não é possível manter esse ritmo de redução nessa rubrica", diz Silvia, observando que, nos 12 meses até abril, ela já havia subido para 4,9% do PIB. Segundo Silvia, isso mostra "que o espaço para cortes de gastos nesses itens é muito restrito e já chegou ao seu limite".

Do fim de 2014 para cá, as despesas com pessoal passaram de 3,8% para 4,4% do PIB, enquanto o grupo "transferências de renda" pulou de 8,8% para 10,7% do PIB. Nessa rubrica, estão incluídos os benefícios previdenciários e assistenciais, o abono salarial, o seguro-desemprego e o Bolsa Família.

Para segurar os gastos daqui para frente, será necessário deter a expansão de despesas como aposentadorias e funcionalismo. Isso requer uma reforma da Previdência dura e o controle dos gastos com salários dos funcionários públicos, entre outras medidas impopulares. Reunir condições políticas para adotar o receituário que diminua a rigidez orçamentária será um grande desafio. Será preciso dobrar a resistência das corporações e convencer a classe política e a população da importância de medidas vistas como amargas.

Tornar o Orçamento mais flexível é fundamental para ajustar estruturalmente as contas públicas e também para melhorar a eficiência dos gastos. Relatório da Moody's Investors Service mostra que as despesas obrigatórias correspondem a absurdos 93% dos dispêndios totais do governo federal.

O grau de urgência da situação fiscal pode requerer algum aumento de impostos, para que o setor público consiga gerar um resultado primário melhor num prazo mais curto. A solução evidentemente não é a ideal, enfrentando grande resistência da população, mas pode ser necessária, dada a dificuldade para fazer o ajuste apenas por meio do corte de gastos.

Equilibrar as contas públicas também é essencial para que os juros se mantenham em níveis baixos nos próximos anos. Juros estruturalmente menores ajudarão a melhorar as perspectivas de crescimento do país, assim como a adoção de medidas para melhorar a produtividade da economia.

Crescer a um ritmo mais forte de modo sustentado facilita o ajuste fiscal, ao melhorar a arrecadação. Mas, na complicada situação do Brasil, o crescimento mais robusto só virá quando o cenário para as contas públicas estiver menos nebuloso.

O trabalho e as máquinas inteligentes

Valor Econômico - 27/06/2018

Martin Wolf

Nos idos de 1984, em seu "Os Caminhos do Paraíso", André Gorz, um autoproclamado "revolucionário-reformista", afirmou claramente que a "revolução microeconômica prenuncia a abolição do trabalho". Chegou até a argumentar que "o trabalho assalariado... poderá ter deixado de ser uma preocupação central no fim do século". Sua determinação da época estava errada. Mas analistas sérios acham que, direcionalmente, ele estava certo. Diante disso, o que um mundo de máquinas inteligentes poderá significar para a humanidade? Será que os seres humanos se tornarão tão economicamente irrelevantes quanto os cavalos? Se isso ocorrer, o que acontecerá com a nossa autoestima e com a organização das nossas sociedades?

Em recente palestra na universidade, Adair Turner, ex-presidente do órgão regulador financeiro britânico e presidente do Institute for New Economic Thinking, abordou exatamente essas perguntas. Ele partiu da premissa de que máquinas inteligentes serão, em última análise, capazes de desempenhar a maioria das formas de trabalho atuais melhor do que as pessoas, e a custo mais baixo. Trata-se, argumenta ele, de uma questão de "quando", e não de "se". Vai acontecer devido ao avanço progressivo do poder de processamento, da reprodutibilidade sem custo do software e da ascensão do aprendizado de máquinas. Os deuses robôs nos tornarão a todos desnecessários.

Inspirado nas ideias do relatório "A Future that Works", publicado pelo McKinsey Global Institute no ano passado, Lord Turner acrescenta que esse futuro não virá de maneira uniforme: alguns serão mais afetados muito antes do que outros. Além disso, apesar de as máquinas inteligentes não poderem executar todos os aspectos de uma determinada tarefa, elas podem desbancar um grande contingente de trabalhadores.

Com a atual tecnologia, as tarefas físicas previsíveis e a captação e processamento de dados ficarão especialmente vulneráveis. Por setor, "a hotelaria e os serviços de produção e distribuição de comida pronta", de produção industrial e de transportes ficarão especialmente vulneráveis. De acordo com estudo de Jason Furman, ex-presidente do Conselho dos Assessores Econômicos dos Estados Unidos, e Robert Seamans, da Faculdade Stern de Negócios, os que ganham menos e os dotados de menor grau de instrução estão mais vulneráveis.

Lord Turner argumenta que o que está acontecendo explica também o "paradoxo da produtividade" - inovação acelerada, mas baixo crescimento da produtividade - discutido por mim duas semanas atrás. Grande parte da explicação pode ser uma guinada de empregos com salários relativamente elevados em setores com crescimento de produtividade relativamente acelerado, como a produção industrial, para empregos com salários

relativamente baixos em setores de baixo crescimento da produtividade, como cuidados pessoais, assistência domiciliar de saúde e vendas de varejo.

Dos dez setores dos EUA com a maior previsão de crescimento do nível de emprego entre 2014 e 2024, que deverão gerar 29% do total de novos postos de trabalho, oito pagam salários médios inferiores à média nacional. Esse cenário, naturalmente, agravará a desigualdade de renda, e terá implicações fortemente negativas sobre a produtividade geral.

Isso não é tudo. Lord Turner também sugere outros motivos para a expansão da desigualdade e para o baixo crescimento da produtividade média. O primeiro é a expansão das atividades de "soma zero (ou próxima de zero)" [em que só se ganha quando o outro perder], algumas das quais não são medidas em termos de produção econômica e poucas das quais contribuem para o bem-estar social: pense em lobistas, investidores de "flash trading" [que recebem informações frações de segundos antes que o mercado geral] ou advogados tributaristas.

Mesmo a instrução acadêmica formal tem um caráter fortemente de soma zero: trata-se de um bem de posição. Além disso, essas atividades de soma zero são bem-pagas e, assim, extraem uma boa renda. Bem-sucedidos criadores de quase monopólios digitais também usufruem de uma boa renda. O mesmo, especialmente, ocorre com donos de imóveis localizados em prósperas conurbações. A nova economia, portanto, é o paraíso do rentista.

O segundo é a subestimativa do valor dos serviços gratuitos. Isso é possível. Mas os serviços gratuitos - a rede social, por exemplo - poderão contribuir pouco para o bem-estar, observa Lord Turner. Neste momento, as contribuições podem ser muita angústia pessoal e a destruição das nossas democracias.

Esse, portanto, é o quadro do futuro de médio prazo: crescimento anêmico da produtividade geral e agravamento da desigualdade. Isso é incompatível com a democracia estável. O mais provável é o agravamento da atual política da ganância e do ressentimento. O resultado pode ser a plutocracia, a autocracia populista ou uma mescla delas. Se a automação, em última análise, tornar a humanidade economicamente irrelevante, os desafios serão ainda mais radicais.

No médio prazo, enquanto houver uma perspectiva razoável de emprego para as pessoas que querem trabalhar, a política pública decisiva será subsidiar os postos de trabalho. Também é vital custear serviços públicos de alta qualidade para todos, notadamente saúde, educação e transporte.

Além disso, como argumenta Dean Baker, a concentração de renda derivada da escassez de rendimentos clama de forma premente por uma maior taxa da riqueza e das maiores faixas de renda, incluindo, notadamente terra e propriedade intelectual. De fato, a propriedade intelectual está sendo, quase

certamente, protegida demais nos dias de hoje. Há motivos para alguma proteção, mas não em demasia. Acho que Adam Smith concordaria.

No mais longo prazo, nossos descendentes poderão enfrentar um número maior de decisões existenciais (desde que as máquinas lhes permitam tomá-las). Como poderão eles organizar a sociedade em um mundo no qual poucas pessoas conseguem fazer alguma coisa que seja claramente produtiva economicamente? O mundo pode ficar tecnofeudal, com uma elite proprietária que contrata grandes contingentes de criados humanos baratos não por seu valor, e sim pelo prazer da dominação. Ou as pessoas poderão, ao contrário, compartilhar a abundância de forma mais igualitária, com todos usufruindo do lazer civilizado que foi outrora a seara de muito poucos. A nossa é a primeira civilização a encarar o trabalho como a missão mais elevada. Talvez essa estranha ideia pré-concebida tenha de ser descartada.

Isso para o futuro distante, sobre o qual, no entanto, temos de pensar agora. Mas as tendências em curso requerem ação. Se o rumo natural das nossas economias apontar para uma extração cada vez mais crescente de renda e para a desigualdade, com todos os seus terríveis resultados sociais e políticos, temos de responder de maneira criteriosa e determinada. Esse é o grande desafio.

Tentativa de Meirelles

O Globo - 27/06/2018

Míriam Leitão

O ex-ministro e ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles tem muito a dizer na economia, o candidato Henrique Meirelles dá os primeiros passos num partido cheio de divisões e que nega, na sua essência, parte do seu discurso. Ele diz que a primeira pessoa que quis que ele fosse candidato foi o senador Romero Jucá, e em seguida diz que defende a Lava-Jato.

Jucá disse que a Lava-Jato era uma sangria que precisava ser estancada. Portanto, essa é uma contradição insanável do entorno político de Meirelles. E não é a única. Na entrevista que concedeu ao “Valor”, ele foi perguntado sobre como seria seu apoio no Rio. A resposta foi: “Eu trato com o governador Pezão e com o deputado Leonardo Picciani”. Com essas companhias, fica estranha a frase: “Acho importante fortalecer e solidificar a Lava-Jato. É importante que o país conclua essa fase de fortalecimento das instituições.” O MDB é apenas um dos vários partidos envolvidos nas investigações da Lava-Jato, mas a resposta soa estranha dentro do partido de um presidente investigado.

Seu maior risco é permanecer com 1% das intenções de voto. Na entrevista se vê que ele ainda está tentando convencer o interlocutor de que é mesmo candidato. Na economia, ele tem a dizer que quando foi para o governo Lula ajudou a afastar o medo que se tinha de uma política populista que colocasse a perder o Plano Real. E que agora, ao voltar ao governo, fez parte do trabalho

que reduziu drasticamente a inflação. Quando fala de economia, ele se sai bem, mas mostra, nas outras perguntas, a falta de traquejo político.

Sua tese é a de que o país saiu da recessão e que portanto não é candidato para propor “uma fase de sangue e lágrimas”. Essa fase já acabou, segundo ele. “O problema era atravessar a recessão que a Dilma criou. Só que já saímos dela. O ponto é não voltarmos para ela.” Meirelles contava desde o início com o cenário de que durante o ano o país iria acelerar o crescimento e que isso daria conforto econômico às pessoas. Mas não é isso que está posto como futuro próximo. O Brasil patina. A última previsão de crescimento pelo Focus é de 1,55%. O desemprego permanece alto e não há qualquer esperança de que ele caia fortemente. De fato o Brasil está melhor agora do que na recessão iniciada no governo Dilma e que consumiu 11 trimestres de 2014 a 2016. Mas essa é uma saída claudicante.

O Banco Central na Ata do Copom divulgada ontem disse que a perda do ritmo de recuperação é temporária e que no segundo semestre a economia pode voltar a ter indicadores melhores, como teve em abril. Pode ser que o pior tenha ficado em maio e junho, meses atingidos em cheio pela greve do setor de transporte de carga. Mas houve também, por outros motivos além da greve, uma queda de confiança do consumidor e do empresário e uma redução de investimentos. Isso levou à redução geral das previsões de crescimento do ano.

Meirelles tem algumas boas respostas para perguntas difíceis, como, por exemplo, como ele fará para não ser confundido com o presidente Michel Temer. “Me orgulho do que eu fiz no governo Temer, como me orgulho muito do que eu fiz no governo Lula. Eu nunca temi ser confundido com o governo Lula nem com o Temer.”

Ele defende que se o país eleger um governo populista, que não tenha compromissos com a reforma, enfrentará uma crise de elevação da dívida. Concentra suas críticas no governo Dilma, e não no governo Lula do qual participou, e quer se vincular aos bons períodos da economia. “Eu fui presidente do Banco Central por oito anos e o Brasil cresceu, gerou renda, gerou capacidade de consumo. Saí do governo, entramos em recessão. Voltei para o governo, o Brasil saiu da recessão.”

O problema desse discurso é que a boa fase de crescimento não é atribuída a ele. E a saída da recessão agora é muito fraca e lenta e num ambiente de forte desemprego. A campanha está só começando e Meirelles ainda precisa convencer o seu próprio partido de que tudo isso valerá a pena. A última vez que o PMDB teve candidato foi em 1994. Nas últimas cinco eleições preferiu aderir a alguma candidatura.

Desafios de empreender no Brasil

DCI - 27/06/2018

Cláudio Sá Leitão

A palavra empreender está mais relacionada com a realização do que propriamente com a inovação. Muito além do que abrir uma empresa, empreender também significa enfrentar problemas, administrar, gerar novos negócios e até identificar oportunidades e transformá-las em negócios lucrativos.

No Brasil a realidade é outra. O desemprego crescente estimula a abertura de negócios como forma de sobrevivência, e não por causa de uma boa ideia. Ao mesmo tempo, eventuais ideias interessantes acabam se perdendo por falta de conhecimento sobre como iniciar um negócio. Economias mais avançadas buscam empreendimentos focados e impulsionados pela inovação. A motivação dos empreendedores que estão iniciando pode ocorrer pela necessidade ou oportunidade.

Pela necessidade, os empreendedores decidem empreender, por não possuírem melhores alternativas de emprego. Por isso, criam um negócio que gere rendimentos, visando a sua subsistência e de seus familiares. Já os empreendedores por oportunidade são definidos e capazes de identificar uma chance de negócio ou um nicho de mercado e empreendem, independente de emprego e de renda.

Uma das condições essenciais para o desenvolvimento econômico sustentável de um país é a existência de mecanismos para empreender por oportunidades. Boas ideias se conectam com os investidores. A captação de recursos para financiar novas ideias passa por diversos estágios, e um deles é o mercado de capitais, que dá suporte e garantia necessários aos investidores, para que empreendimentos iniciem e continuem funcionando.

Há dois princípios básicos para um empreendimento prosperar. Além das boas ideias, é preciso conhecimento e um plano de negócios. O investidor tem de estar estimulado a correr riscos, ambiente de negócios favorável e um mínimo de segurança, quanto ao retorno dos investimentos. Nos últimos anos, a realidade brasileira vem mudando e aumentando os empreendedores de oportunidades, com novas ideias, mesmo com o desafio de se empreender no Brasil, diante da elevada burocracia e dos custos envolvidos.

Com o objetivo de incentivar o empreendedorismo, a sociedade brasileira continua insistindo nas reformas estruturais para a retomada do crescimento econômico, junto aos poderes executivo e legislativo. O empresário precisa de proteção e estímulo para empreender. Se as empresas investem, crescem, contratam, compram e recolhem tributos.

Esse movimento leva ao crescimento econômico e ao aumento de arrecadação. Lembrando que a nossa legislação tributária é de difícil cumprimento e de alta complexidade, onerando em demasia todos os empreendedores. Por isso, diversas iniciativas para simplificação estão em andamento, dentre as quais a reforma tributária.

Junte-se a isso, a necessidade de considerar a simplificação efetiva do Sistema de Apuração das Pequenas e Médias Empresas (PME), como forma de incentivar o empreendedorismo, sem carregar o ônus da burocracia brasileira.

Portanto, um dos desafios a serem superados pelos empreendedores do Brasil, além da burocracia, é a dificuldade existente no cumprimento da legislação, haja vista a interpretação dos normativos e procedimentos tributários em vigentes no País.

EUA cortam recursos para fundo ambiental

Valor Econômico - 27/06/2018

A assembleia do mais tradicional fundo ambiental do mundo, que acontece em Da Nang, no Vietnã, realizada a cada quatro anos, acontece este ano sob a promessa americana de cortar mais da metade dos recursos destinados a proteger o planeta.

Nas discussões da 6ª Assembleia do Global Environment Facility - ou simplesmente GEF - o que se ouve é que as ameaças ambientais são crescentes e pulverizadas, enquanto que os recursos financeiros encolheram nos últimos anos.

Os EUA são, tradicionalmente, os maiores doadores do GEF, fundo criado em 1992, durante a conferência sobre desenvolvimento sustentável que a ONU promoveu no Rio de Janeiro. O fundo, que é gerido pelo Banco Mundial, existe para apoiar os desafios das convenções do clima, biodiversidade, desertificação e uso de mercúrio, só para citar alguns. Mais de 180 países participam do mecanismo de financiamento, entre doadores (os ricos) e o mundo em desenvolvimento, que recebe os recursos.

O governo de Donald Trump diz que irá contribuir com US\$ 273 milhões, soma que foi o dobro (US\$ 546 milhões) há quatro anos. "Pelo menos não abandonaram tudo, como aconteceu no Acordo de Paris", diz o membro de uma delegação. O buraco deixado pelos americanos está sendo coberto pelos japoneses, alemães, franceses.

Até amanhã, em Da Nang, 1.200 representantes dos mais de 180 países que fazem parte do GEF devem bater o martelo sobre o montante do fundo para os próximos quatro anos. O valor deve ser de US\$ 4,1 bilhões, se se confirmarem as promessas dos países doadores.

Os recursos vêm de 29 países industrializados e alguns emergentes. Para os próximos quatro anos, a China irá contribuir com US\$ 22 milhões, a Índia, com US\$ 15 milhões, o Brasil, com US\$ 6 milhões.

Os emergentes são ao mesmo tempo doadores e recebedores de recursos. O Brasil, por exemplo, recebeu o valor acumulado de quase US\$ 850 milhões no apoio de 112 projetos. Para este ciclo deve receber cerca de US\$ 100 milhões. No período anterior foram US\$ 120 milhões.

O que a princípio soa como uma contradição, é uma estratégia dos países emergentes. Só quem doa recursos pode participar da governança do GEF e decidir onde e para quem será distribuído o dinheiro.

Pelas regras do GEF, a cada dólar doado o país recebedor deve conseguir um cofinanciamento de sete dólares. O dinheiro adicional pode ser conseguido junto a outros organismos multilaterais, governos estrangeiros ou iniciativa privada. O cofinanciamento acumulado adicional, no caso brasileiro, foi de US\$ 5,50 bilhões.

São recursos importantes, considerando-se que o orçamento do Ministério do Meio Ambiente somando o do Ibama e do Instituto Chico Mendes chega a R\$ 800 milhões - mas que praticamente só cobre a folha de pagamentos e atividades de custeio.

Os recursos do GEF (além do banco alemão Kfw e do WWF) ajudaram a financiar o maior programa de conservação da biodiversidade do mundo, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Há 15 anos, o GEF apoia a criação de 60 milhões de hectares em unidades de conservação (UC) estaduais e federais.

Trump ameaça taxar a Harley-Davidson "como nunca", sem dar detalhes

Valor Econômico - 27/06/2018

O presidente dos EUA, Donald Trump, tentou ontem evitar responsabilidade pela decisão da Harley-Davidson de transferir parte de sua produção de motos para o exterior e ameaçou taxar a fabricante "como nunca!", como punição pelo pretendido deslocamento da produção.

A empresa, com sede em Milwaukee, anunciou anteontem sua decisão de transferir parte da produção devido às tarifas retaliatórias que enfrenta na escalada da disputa comercial entre os EUA e a União Europeia (UE).

Trump advertiu a icônica marca americana de que qualquer transferência da produção "será o início do fim". "Acabará a Aura e eles serão taxados como nunca até agora!", ameaçou Trump em uma das várias mensagens divulgadas pelo Twitter na manhã de ontem sobre a Harley-Davidson.

Não ficou claro a que o presidente estava se referindo nem como ele poderá aumentar impostos de uma única empresa.

A empresa reiterou ontem que está transferindo parte da produção de motos destinadas a venda na UE para suas unidades internacionais já operantes, a fim de "fazer frente às tarifas adicionais impostas pela UE". Ela não dirigiu qualquer resposta direta a Trump.

"A Harley-Davidson está usando isso como uma desculpa, e não gosto disso, porque tenho sido muito bom com a HarleyDavidson e eles usaram isso como uma desculpa", disse ele em resposta. "E acho que as pessoas que andam de Harleys não estão satisfeitas com a Harley-Davidson, e eu também não estaria."

O presidente destacou a fabricante de motos como exemplo de empresa americana prejudicada por barreiras comerciais em outros países. Mas a Harley-Davidson advertiu no ano passado contra a elevação das tarifas americanas, dizendo que as sobretaxas poderiam ter impacto negativo sobre suas vendas.

Trump também insistiu que está trabalhando para abrir mercados no exterior e fazer com que outras economias, incluindo a UE, reduzam suas barreiras aos produtos dos EUA. "Estamos convencendo outros países a reduzir e eliminar tarifas e barreiras comerciais que foram injustamente usadas durante anos contra nossos agricultores, trabalhadores e empresas", tuitou ele. "Estamos abrindo mercados fechados e expandindo nossa presença. Eles devem jogar de forma justa ou pagarão as tarifas!"

O presidente também fez referência à disputa muito maior no comércio de carros e peças com a Europa, sinalizando novamente que planeja impor tarifas sobre as importações automotivas da UE. Segundo ele, isso equilibraria qualquer perda de empregos na Harley e em outras empresas.

"Estamos terminando nosso estudo de tarifas em carros da UE, onde eles há muito se aproveitam dos EUA na forma de barreiras comerciais e tarifas ", tuitou Trump. "No final, tudo será equilibrado - e não demorará muito tempo!"

Mais tarde, durante sessões de fotos com membros de Congresso na Casa Branca, Trump insistiu que sua política de tarifas está provocando uma onda de novos investimentos nos EUA, além de trazer nova fonte de receita, mas não mostrou dados sobre isso.

"As tarifas podem ser uma coisa muito positiva", disse o presidente. "Você sabe que antigamente, quando tínhamos tarifas, não tínhamos imposto de renda. Quando as pessoas queriam entrar, você olha para os dias do [Presidente William] McKinley e alguns outros - quando as pessoas queriam entrar, tinham que pagar um preço."

A principal autoridade comercial da UE disse ontem que a decisão da Harley-Davidson de mudar a produção é uma evidência de que haveria "consequências" para empresas e consumidores americanos em uma guerra comercial.

Trump impôs recentemente elevadas tarifas ao alumínio e ao aço importados de Canadá, México e Europa, em sua tentativa de equiparar as oportunidades comerciais e de reduzir os déficits da balança comercial entre os EUA e seus parceiros comerciais. Mas esses parceiros comerciais resolveram adotar retaliações tarifárias.

Os EUA e a China também estão trocando ameaças de impor tarifas a bilhões em importações.

Canadá prepara tarifa e cotas para evitar alta na importação de aço

Valor Econômico - 27/06/2018

O governo canadense está preparando medidas para evitar que seu mercado seja inundado de importações de aço de produtores globais que buscam driblar as tarifas dos EUA, de acordo com pessoas familiarizadas com os planos.

As medidas vão combinar a aplicação de cotas e tarifas para certos países, incluindo a China, disseram essas fontes. Os planos de Ottawa seguem medidas similares de "salvaguarda" que estão sendo consideradas pela União Europeia (UE) também com o objetivo de bloquear o aço cujo destino inicial seria os EUA. Essas medidas iriam acompanhar a retaliação canadenses sobre aço, alumínio e outros produtos dos EUA, que entram em vigor em 1º de julho.

Essas medidas intensificam as consequências da luta comercial do presidente dos EUA, Donald Trump, em particular as tarifas dos EUA de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio que atingiu o Canadá, UE e outras nações. As ações unilaterais de Washington provocaram retaliações dos maiores parceiros comerciais dos EUA e obrigaram empresas como a HarleyDavidson a mudar sua produção.

As medidas canadenses devem incluir novas cotas sobre certas importações de aço para evitar o dumping, com as tarifas aplicadas acima desse limite, disseram as fontes. O anúncio pode ocorrer já na próxima semana, embora o governo não tenha finalizado seus planos. Um porta-voz do Ministério das Finanças não quis comentar a questão, assim como o Ministério das Relações Exteriores.

Em 2017, as importações de aço do Canadá somaram US\$ 9 bilhões, segundo dados do governo americano, com 55% desse total vindo dos EUA. Outros grandes fornecedores de aço para o Canadá são China, Coreia do Sul, Brasil e Turquia.

As tarifas de aço dos EUA abrem as portas para uma inundação potencial de importações baratas, disse Sean Donnelly, executivo-chefe da ArcelorMittal Dofasco, unidade canadense da ArcelorMittal de Luxemburgo.

"Devemos ser capazes de operar em um ambiente competitivo não distorcido e baseado no mercado", disse Donnelly ontem a membros de uma comissão parlamentar em Ottawa. Ele alertou que a companhia poderá ter de demitir 1.000 trabalhadores e rever investimentos de US\$ 564 milhões se o Canadá não revidar as tarifas dos EUA.

Donnelly também instou o governo canadense a buscar a eliminação permanente da tarifa americana. "Esse impacto combinado poderia resultar na redução da produção, possível paralisação das linhas operacionais que impactam mais de 1.000 empregos diretos e mais de 4.000 empregos indiretos em Ontário, em Quebec, com implicações significativas" para investimentos futuros, disse.

Brasil sugere à Alemanha negociar tratado contra bitributação

Valor Econômico - 27/06/2018

O Brasil sugeriu à Alemanha o mesmo modelo de acordo que fez com a Suíça para evitar dupla tributação dos lucros, algo que é uma prioridade das indústrias dos dois países. O lançamento de negociações para um novo acordo com os alemães depende assim da resposta de Berlim. "Há luz no fim do túnel", afirmou o presidente da Bayer Brasil, Theo van der Loo, após discussão sobre o tema no Encontro Econômico Brasil-Alemanha, encerrado ontem.

O Brasil e a Alemanha tiveram um acordo para evitar a dupla tributação que durou 30 anos. Em 2005, o governo alemão denunciou o compromisso, por discordar de várias medidas tributárias brasileiras e passou a fazer exigências que Brasília não aceitou.

A Alemanha quis seguir estritamente o padrão da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), diferente do utilizado pelo Brasil. Berlim defende um modelo pelo qual a tributação se baseia no domicílio do investidor, enquanto a prática brasileira é que a taxa seja feita no local do investimento.

Recentemente o Brasil negociou um modelo intermediário ao da OCDE com a Suíça, abrindo, na visão de representantes da indústria, a possibilidade de entendimento similar com a Alemanha.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e para a Federação das Indústrias Alemãs (BDI), seria importante iniciar logo a negociação. Ingo Plöger, presidente do Centro Empresarial Latino-Americano (Ceal), diz que esperar pelo novo governo no Brasil é perder dois a três anos. "Um novo acordo fará uma enorme diferença para as pequenas e médias empresas e

peças físicas e poderá aumentar bastante a competitividade desses investimentos no Brasil e na Alemanha", afirmou.

Segundo Plöger, hoje as empresas pagam demais na contratação de serviços tecnológicos e as pessoas físicas pagam duas vezes o imposto de renda nos países, o que impede que pesquisadores, professores e especialistas viajem para os países. "O desvio de investimento é notório", afirmou. "Agora temos uma oportunidade única, já que o Brasil fechou o acordo com a Suíça muito próximo aos critérios da OCDE que a Alemanha quer."

A Receita Federal sinalizou disposição de conversar com os alemães, mas ninguém ignora que o governo Temer está em sua fase final e com outras prioridades.

Atualmente as empresas alemãs no Brasil somam mais de 250 mil funcionários e respondem por quase 10% do PIB industrial do Brasil. O estoque de investimento alemão no país é de quase € 20,5 bilhões. Na Alemanha, existem 13 empresas com participação de capital brasileiro. O investimento brasileiro em estoque no país equivale a € 38 milhões.

Posição alemã trava o acordo de livre comércio entre UE e Mercosul Valor Econômico - 27/06/2018

Terminou em desencontro completo a comissão mista econômica Brasil-Alemanha, ontem, em Colônia, sobre as perspectivas de conclusão política do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), numa sinalização de provável novo fiasco.

O Valor apurou que, na reunião entre as delegações de autoridades dos dois governos e empresários, o Brasil reiterou que o Mercosul está pronto a concluir o acordo de comércio com a UE já em julho, enquanto a Alemanha falou em falta de tempo e mencionou o acordo com o verbo no passado.

A delegação alemã, chefiada por um dos secretários de Estado da Economia, Thomas Bareiss, mencionou que a Comissão Europeia tinha informado que negociadores do Mercosul não apareceram para um encontro recente, gerando incisiva reação brasileira.

A delegação brasileira desmentiu enfaticamente, dizendo que sequer sabia da existência da reunião mencionada por Bruxelas. A interpretação foi de que os europeus começaram a inventar desculpas para não fechar o acordo, criando já uma narrativa para jogar no bloco do Cone Sul a culpa por um eventual novo fiasco na conclusão da negociação, 20 anos depois de lançada.

Bareiss, de seu lado, argumentou que os próximos meses serão difíceis para o Brasil, com eleição em novembro, e para a Alemanha, e que outros temas

tornam-se mais importantes. Mencionou que no ano que vem serão realizadas eleições europeias. Observou que alguns querem vender mais carros, outros mais produtos agrícolas e que "a coisa não é fácil".

Na outra direção, o secretário-executivo do Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, enfatizou que o Brasil e os parceiros do Mercosul estão preparados para a conclusão política da negociação em julho. "Não achamos que o tempo esteja esgotado, ainda é possível se o outro lado tiver vontade para fazê-lo", afirmou.

"A indústria brasileira continua totalmente engajada nesse acordo, achamos que é bom para os negócios nos dois lados", afirmou Diego Bonomo, gerente-executivo de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), refletindo a posição do setor privado.

A posição alemã deflagrou ainda mais o sinal de alerta do lado brasileiro. Se a Alemanha, que é favorável ao acordo de livre comércio, demonstra esse sentimento, é de imaginar o que acontece com a França, que nunca demonstrou entusiasmo em liberalizar, mesmo pouco, a agricultura europeia.

Outra divergência que ficou escancarada foi sobre a proposta de cota que o Mercosul ofereceu para a entrada de carros da UE. O bloco do Cone Sul aceita cortar a tarifa de importação em 50%, baixando de 35% para 17,5% dentro da cota, durante sete anos. Mas o lado europeu quer cota livre de tarifa. E a ambição é de ter cota de 40 mil carros no Brasil, pelo menos, e 20 mil para a Argentina. Essas cifras estão muito além das que vêm sendo colocadas na mesa pelo Mercosul, ainda mais diante da modéstia das concessões europeias na área agrícola, conforme fontes.

Para completar o pacote de diferenças, os organizadores alemães do Encontro Econômico Brasil-Alemanha tiveram a pouca sensibilidade de promover, como uma atividade beneficente, a venda de pedaços da rede usada no jogo em que a seleção alemã ganhou de 7 a 1 do Brasil na Copa de 2014, em Belo Horizonte. Para guardar uma recordação dessa goleada,

Posição alemã trava o acordo de livre comércio entre UE e Mercosul

Valor Econômico - 27/06/2018

Terminou em desencontro completo a comissão mista econômica Brasil-Alemanha, ontem, em Colônia, sobre as perspectivas de conclusão política do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), numa sinalização de provável novo fiasco.

O Valor apurou que, na reunião entre as delegações de autoridades dos dois governos e empresários, o Brasil reiterou que o Mercosul está pronto a concluir

o acordo de comércio com a UE já em julho, enquanto a Alemanha falou em falta de tempo e mencionou o acordo com o verbo no passado.

A delegação alemã, chefiada por um dos secretários de Estado da Economia, Thomas Bareiss, mencionou que a Comissão Europeia tinha informado que negociadores do Mercosul não apareceram para um encontro recente, gerando incisiva reação brasileira.

A delegação brasileira desmentiu enfaticamente, dizendo que sequer sabia da existência da reunião mencionada por Bruxelas. A interpretação foi de que os europeus começaram a inventar desculpas para não fechar o acordo, criando já uma narrativa para jogar no bloco do Cone Sul a culpa por um eventual novo fiasco na conclusão da negociação, 20 anos depois de lançada.

Bareiss, de seu lado, argumentou que os próximos meses serão difíceis para o Brasil, com eleição em novembro, e para a Alemanha, e que outros temas tornam-se mais importantes. Mencionou que no ano que vem serão realizadas eleições europeias. Observou que alguns querem vender mais carros, outros mais produtos agrícolas e que "a coisa não é fácil".

Na outra direção, o secretário-executivo do Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, enfatizou que o Brasil e os parceiros do Mercosul estão preparados para a conclusão política da negociação em julho. "Não achamos que o tempo esteja esgotado, ainda é possível se o outro lado tiver vontade para fazê-lo", afirmou.

"A indústria brasileira continua totalmente engajada nesse acordo, achamos que é bom para os negócios nos dois lados", afirmou Diego Bonomo, gerente-executivo de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), refletindo a posição do setor privado.

A posição alemã deflagrou ainda mais o sinal de alerta do lado brasileiro. Se a Alemanha, que é favorável ao acordo de livre comércio, demonstra esse sentimento, é de imaginar o que acontece com a França, que nunca demonstrou entusiasmo em liberalizar, mesmo pouco, a agricultura europeia.

Outra divergência que ficou escancarada foi sobre a proposta de cota que o Mercosul ofereceu para a entrada de carros da UE. O bloco do Cone Sul aceita cortar a tarifa de importação em 50%, baixando de 35% para 17,5% dentro da cota, durante sete anos. Mas o lado europeu quer cota livre de tarifa. E a ambição é de ter cota de 40 mil carros no Brasil, pelo menos, e 20 mil para a Argentina. Essas cifras estão muito além das que vêm sendo colocadas na mesa pelo Mercosul, ainda mais diante da modéstia das concessões europeias na área agrícola, conforme fontes.

Para completar o pacote de diferenças, os organizadores alemães do Encontro Econômico Brasil-Alemanha tiveram a pouca sensibilidade de promover, como uma atividade beneficente, a venda de pedaços da rede usada no jogo em que

a seleção alemã ganhou de 7 a 1 do Brasil na Copa de 2014, em Belo Horizonte. Para guardar uma recordação dessa goleada,

Mercosul propõe reduzir tarifa de importação de carros europeus

O Globo - 27/06/2018

Para fechar um acordo que vem sendo negociado há 20 anos com a União Europeia (UE), o Mercosul já admite criar uma cota de importação temporária para automóveis europeus com a tarifa reduzida de 35% para 17,5%. A medida afetaria, principalmente, Brasil e Argentina, que poderão sofrer forte oposição de suas indústrias automobilísticas. Ainda falta definir o tamanho da cota e o tempo de duração.

A expectativa do bloco sulamericano é que saia um acordo, mesmo que menos ambicioso do que se pretende atualmente, até o fim deste ano. Apesar de avanços na parte de acesso a mercados, ainda há divergências quanto aos automóveis e em relação a temas como transportes marítimos, açúcar e etanol, indicações geográficas e produtos lácteos.

Espera-se uma nova reunião entre representantes dos dois blocos no mês que vem, em Bruxelas (Bélgica), sede da UE. Segundo uma fonte envolvida nas negociações, o Mercosul tem demonstrado mais boa vontade em avançar do que os europeus. **QUEIXAS SOBRE NEGOCIAÇÃO** Essa aparente falta de disposição levou Uruguai e Argentina a se queixarem abertamente das negociações com a UE e a propor que o Mercosul passe a trabalhar em um acordo comercial com a China. Um argumento é que, com a guerra comercial entre Washington e Pequim, abre-se uma oportunidade única para o aumento das exportações para o país asiático.

A movimentação de Uruguai e Argentina aconteceu na semana passada, durante uma reunião de chanceleres do Mercosul, em Assunção, no Paraguai. No dia seguinte, durante o encontro de presidentes, a Argentina recuou e passou a defender a conclusão do tratado com os europeus, enquanto o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, queixou-se da falta de avanços e chamou o atual estágio das discussões com a União Europeia de “perda de tempo”.

Segundo fontes do governo brasileiro, nos bastidores, os dois sócios estariam dispostos a fazer acordos em separado com a China, caso não haja concordância dos demais membros do bloco. Essa hipótese, porém, enfrenta forte oposição do Brasil. Dentro do Mercosul, há uma regra que proíbe negociações unilaterais que preveem reduções de tarifas de importação.

Harley-Davidson na mira de Trump

O Globo - 27/06/2018

O presidente americano Donald Trump usou as redes sociais ontem para ameaçar a Harley-Davidson com tarifas, após a fabricante de motocicletas informar que planeja transferir parte de sua produção para fora dos Estados Unidos. A empresa anunciou essa estratégia na segunda-feira como forma de minimizar os efeitos das sobretaxas europeias impostas à indústria automobilística americana. Em uma série de tuítes, Trump acusou a montadora de usar a ameaça de guerra comercial como desculpa para começar a produzir no exterior e disse que a empresa seria taxada “como nunca antes”.

As tarifas da União Europeia sobre exportações americanas estão em vigor desde a semana passada. A medida abrange US\$ 3,2 bilhões em produtos, incluindo motocicletas, suco de laranja e uísque e são uma retaliação às sobretaxas impostas pelo governo americano ao aço e alumínio. Nas contas da Harley, as novas regras causariam um prejuízo anual de US\$ 90 milhões a US\$ 100 milhões. A empresa já tem fábricas no Brasil, na Austrália, na Índia e vai começar a operar na Tailândia neste ano. FREIO A INVESTIMENTO CHINÊS A justificativa da marca, no entanto, não convenceu Trump, que reagiu duramente ao anúncio. “Uma Harley-Davidson não deveria nunca ser construída em outro país. Seus empregados e clientes já estão bravos com eles. Se eles mudarem, será o início do fim. Eles se renderam, eles desistiram. A aura terá se acabado e eles serão taxados como nunca antes”, escreveu o presidente americano.

No ano passado, Trump recebeu representantes da empresa na Casa Branca. Na ocasião, agradeceu a empresa por “construir coisas nos EUA”. Nas mensagens postadas ontem, o republicano se disse “surpreso” de que a empresa tenha “agitado a bandeira branca”. “Batalhei muito por eles”, disse o republicano.

A decisão da Harley pode ser só o começo de uma série de impactos sobre empresas americanas ao cenário turbulento causado pela guerra comercial, destaca análise da agência Bloomberg. A General Electric, por exemplo, já está estudando opções para adaptar sua cadeia de fornecedores. Hoje, a empresa conta com peças produzidas em unidades na China.

A disputa com o gigante asiático é a principal fonte de preocupação do governo Trump, que tem sido marcado por ações protecionistas. Além da taxa sobre o aço, que levou a Harley a buscar opções, o republicano também estuda formas de frear os investimentos dos chineses nos EUA, em operações que seriam usadas para adquirir propriedade intelectual de empresas americanas.

Ontem, em entrevista na Casa Branca, Trump deu sinais de que pode recorrer a um mecanismo considerado menos agressivo para coibir esse apetite chinês. A ideia seria usar um mecanismo que analisa aquisições de companhias americanas por investidores estrangeiros, sob um argumento de segurança nacional.

Em março, o republicano pediu ao Departamento de Tesouro que avaliasse as opções para restringir os investimentos chineses nos EUA. O secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, defendeu o uso do Comitê de Investimentos Estrangeiros (CFIUS, na sigla em inglês), que avalia os riscos à segurança nacional de negócios envolvendo firmas americanas e do exterior. Parte da equipe sugeriu uma tática mais dura: declarar emergência econômica e recorrer a uma lei pouco usada, de 1977, chamada Lei Internacional dos Poderes Econômicos de Emergência (IEEPA, em inglês) — a mesma usada para impor sanções ao Irã e à Coreia do Norte. A declaração de Trump indica que a sugestão de Mnuchin ganha força.

— Temos a melhor tecnologia do mundo, as pessoas vêm e a roubam. Temos que proteger isso e isso pode ser feito por meio do CFIUS — afirmou Trump.

O presidente disse ainda que a ação não envolve apenas as disputas com a China.

— Não são apenas os chineses. Não queremos gente entrando. Somos um país muito inteligente. Temos as pessoas mais incríveis no Vale do Silício. Não queremos a China nem outro país — disse Trump.

Temer promulga acordo de céus abertos com EUA **O Globo - 27/06/2018**

O presidente Michel Temer aproveitou a visita do vice americano, Mike Pence, ontem ao Brasil para promulgar o acordo de transportes aéreos entre os dois países, os chamados céus abertos. O acordo estabelece que a abertura e o fechamento de novas rotas aéreas entre Brasil e Estados Unidos passarão a ser livres, de acordo com a decisão das companhias, não dependendo mais de negociações bilaterais. Contudo, as empresas continuarão proibidas de operar voos domésticos, no caso de americanas, e nos EUA, se forem brasileiras.

Em outubro de 2017, executivos da Latam e da American Airlines foram ao Palácio do Planalto e pediram empenho de Temer para aprovar no Congresso o Acordo de Céus Abertos entre Brasil e Estados Unidos. Ele havia sido aprovado pelo Senado em março de 2018, sete anos após ter sido assinado por Dilma Rousseff, ainda na dependência de aprovação do Legislativo.

A medida não é unanimidade entre as empresas brasileiras: é defendida pelas maiores, como Latam e Gol. O principal argumento é que o Brasil fica em desvantagem em relação a outros países sul-americanos que já têm esse tipo de acordo com os EUA.

Entre os benefícios da ratificação do acordo, as companhias citam maior oferta de voos, ampliação de serviços e mercados, expansão do transporte de carga e geração de empregos, além do fortalecimento do comércio entre os dois países.

Já as pequenas argumentam que as condições de competitividade com as estrangeiras não são iguais, além do maior custo de operar no Brasil.

Brexit já virou lei **Correio Braziliense - 27/06/2018**

A assinatura da rainha Elizabeth II concluiu a tramitação da lei que organiza a saída do Reino Unido da União Europeia (UE), processo a ser efetivado em março de 2019. Os deputados conservadores festejaram o anúncio do presidente da Câmara dos Comuns, John Bercow, uma semana depois de o Legislativo ter aprovado o projeto. Na essência, ele firma a prevalência do direito europeu sobre o britânico, que passará a incorporar apenas os dispositivos continentais que julgar convenientes. O texto determina que o país deixará oficialmente o bloco à 0h de 30 de março, pelo horário de Bruxelas (23h do dia anterior, em Londres).

A promulgação da lei constitui “um momento histórico para o nosso país e um passo importante para a materialização da vontade do povo britânico” de sair da UE, afirmou a primeira-ministra Theresa May. O projeto teve percurso acidentado no parlamento desde que começou a ser analisado, em setembro, e o governo sofreu vários golpes — o que expõe as divisões persistentes entre as forças políticas sobre o caminho a seguir no Brexit. O influente deputado conservador Jacob Rees-Mogg, partidário de um Brexit sem concessões, avalia que a premiê poderá continuar as negociações com Bruxelas em posição “muito mais forte”.

Saída do Reino Unido da UE **DCI - 27/06/2018**

A rainha Elizabeth promulgou ontem a lei de saída do Reino Unido da UE, e torna irreversível o Brexit.